



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Tecnologia e Ciências
Instituto de Geografia

Leandro Ramos Teófilo

**Um fio de água na serra me encanta mais que o mar: o Vale do Paraíba
fluminense e as transformações espaciais cafeeiras – 1800 – 1888**

Rio de Janeiro
2011

Leandro Ramos Teófilo

**Um fio de água na serra me encanta mais que o mar: o Vale do Paraíba
fluminense e as transformações espaciais cafeeiras – 1800 – 1888**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Inês Aguiar de Freitas

Rio de Janeiro

2011

Leandro Ramos Teófilo

**Um fio de água na serra me encanta mais que o mar: o Vale do Paraíba
fluminense e as transformações espaciais cafeeiras – 1800 – 1888**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico

Aprovado em 11 de agosto de 2011.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Inês Aguiar de Freitas (Orientadora)
Instituto de Geografia da UERJ

Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus
Instituto de Geografia da UERJ

Prof. Dr. Rogério Ribeiro de Oliveira
Departamento de Geografia da PUC/RJ

Rio de Janeiro

2011

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Inês Aguiar de Freitas pela forma generosa, companheira e sábia com a qual conduziu esta orientação. Sua motivação e força foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

A atenção e os conhecimentos compartilhados pelo professor Alexandre de Mello Santos desde a época da graduação me deixam lições que vão muito além do ambiente acadêmico.

Agradeço ao professor Gilmar Mascarenhas pelos conhecimentos compartilhados durante o curso de mestrado, assim como por ter aceito gentilmente o convite participar das minhas bancas de qualificação e de defesa da dissertação de mestrado.

É imenso o sentimento de gratidão em relação a alguns familiares: à Solange Ramos agradeço pelo amor e apoio incondicionais que permitiram a realização desse trabalho e de tantos outros objetivos em minha vida. Agradeço a Simone Quirino pelos indescritíveis sentimentos de companheirismo e engrandecimento, assim como por tornar minha caminhada muito mais saborosa. Agradeço ainda especialmente aos seguintes familiares e amigos: Odette, Igor, Fernando, Vitor Rodrigues, Vitor Ferreira, Rafael Julião e Rafael Bastos.

RESUMO

TEÓFILO, Leandro Ramos. *Um fio de água na serra me encanta mais que o mar: o Vale do Paraíba fluminense e as transformações espaciais cafeeiras – 1800 – 1888*. 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

O Vale do Paraíba passou por um conjunto de transformações espaciais guiadas pelo cultivo do café para exportação ao longo do século XIX. A história ambiental sugere que a natureza seja integrada à análise histórica elaborada por estudiosos do passado. Neste sentido, busca-se compreender a dinâmica de interação entre sociedade e ambiente natural através das técnicas utilizadas no cultivo do café no Vale do Paraíba fluminense no século XIX, com o objetivo de analisar os elementos que condicionaram o processo de estruturação desse cultivo no Vale, assim como o impacto dele resultante àquele ambiente natural. Procura-se ainda investigar de que maneira indivíduos daquela sociedade se posicionaram frente às técnicas utilizadas e perceberam as dinâmicas promovidas pela cultura cafeeira ao ambiente natural.

Palavras-chave: Vale do Paraíba. Café. História ambiental.

ABSTRACT

Throughout the nineteenth century, the Paraíba Valley passed through a set of spatial changes driven by the exporting coffee cultivation. The environmental history suggests that nature must be integrated into the historical analysis developed by scholars in the past. Therein lies the search of understanding the interaction dynamics between society and natural environment through the techniques used in the coffee growing in the Paraíba Valley during the nineteenth century, aiming to analyze the factors that influenced the design process of this crop there, as well as its impact to that natural environment. The following research also intends to understand the way people from that society noticed and took their position on farming techniques that used to be applied and about the environmental interections driven by coffee cultivation.

Keywords: Paraíba Valley. Coffe. Environmental history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Expansão do café no Vale.....	35
Gráfico 1 -	Pés de café por escravo por períodos – 1821 – 1880.....	48
Fotografia 1 -	Interior do solar do Paraíso.....	53
Litogravura 1 -	A Fazenda do Secretário – Imagem dos fundos da sede.....	55
Litogravura 2 -	A Fazenda do Secretário – Imagem da frente da sede.....	56
Mapa 2 -	Planta das edificações da Fazenda do Secretário.....	57
Tabela 1 -	Especialização profissional de alguns cativos da Fazenda Monte Alegre.....	59
Fotografia 2 -	Imagem da sede da Fazenda Monte Alegre.....	60
Fotografia 3 -	Imagem da sede da Fazenda de Santa Anna.....	62
Aquarela 1 -	Transporte de objetos e café feito por mulas.....	64
Aquarela 2 -	Derrubada da mata.....	74
Fotografia 4 -	Pés de café e escravos.....	78
Tabela 2 -	Técnicas de plantio do café utilizadas no Vale do rio Paraíba do Sul.....	81
Desenho 1 -	Camadas que envolvem o grão de café.....	87
Tabela 3 -	Técnicas de beneficiamento do café mais amplamente utilizadas no Vale do Paraíba fluminense.....	90
Tabela 4 -	Sugestões presentes nos manuais que não foram aplicadas à cultura cafeeira no Vale.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 HISTÓRIA AMBIENTAL E GEOGRAFIA	18
1.1 História ambiental.....	18
1.2 História ambiental e geografia.....	23
2 O VALE DO PARAÍBA.....	26
2.1 Primórdios da ocupação.....	28
2.2 O avanço do café – da cidade para o Vale.....	32
2.3 O tecido social do Vale.....	36
2.3.1 <u>Os Barões do café</u>	36
2.3.2 <u>Homens livres</u>	41
2.3.3 <u>Escravos</u>	42
2.4 Fazendas	49
2.4.1 <u>A Fazenda do Secretário</u>	54
2.4.2 <u>A Fazenda de Monte Alegre</u>	58
2.4.3 <u>A Fazenda de Santa Anna</u>	61
2.5 O transporte da produção	63
3 AS TÉCNICAS DA DESTRUIÇÃO	66
3.1 Técnicas utilizadas	69
3.1.1 <u>Técnicas de cultivo</u>	69
3.1.1.1 A preferência por matas virgens e a escolha do terreno.....	70
3.1.1.2 A derrubada da mata.....	72
3.1.1.3 Queimada.....	75
3.1.1.4 Plantio.....	75
3.1.1.5 Colheita.....	80
3.1.2 <u>Técnicas de beneficiamento</u>	84
3.1.2.1 Secagem dos frutos.....	85
3.1.2.2 Retirada dos invólucros.....	86

3.1.2.3 Utilização de máquinas.....	87
3.2 Sugestões e críticas – as técnicas não utilizadas.....	91
3.3 A percepção da destruição.....	93
4 CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

A corrente historiográfica denominada história ambiental vem sugerindo, em linhas gerais, que os historiadores contemplem em suas análises as múltiplas interações ocorridas entre o homem e o ambiente natural no passado. Neste sentido, o estudo do Vale do Paraíba fluminense no século XIX pode suscitar ricas discussões.

O processo de modificação espacial implementado pelo cultivo do café no século XIX é um exemplo emblemático das múltiplas interações e condicionamentos que o ambiente natural pode ter na história dos homens e, por um outro lado, das diversas resultantes que ações humanas podem imprimir em um ambiente natural.

Na década de 1830, o Brasil – especificamente o Vale do rio Paraíba do Sul – era o maior produtor de café do mundo. Esta gigantesca produção foi responsável por um processo de degradação do ambiente natural - derrubada das matas e forte erosão dos solos - talvez nunca antes visto em um ritmo tão avassalador e em um período de tempo tão curto. Este impacto foi percebido – e até mesmo criticado - por letrados que viveram no Vale do Paraíba do Sul naquele período. Destaca-se ainda o fato das técnicas de cultivo do café ainda não terem sido analisadas a partir das ferramentas teóricas da história ambiental, o que pode contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico sobre o tema. Esta questão se apresenta uma vez que as técnicas estão diretamente ligadas às formas de transformação daquele espaço geográfico. Assim, a pesquisa procura analisar as técnicas de produção do café utilizadas, procurando, ainda, realizar um debate sobre as críticas que aquele sistema de cultivo recebeu naquele período.

O recorte temporal da pesquisa foi definido através da escolha de sua base conceitual. Para que se possa analisar os processos de transformação espacial implementados pelo cultivo do café sob uma perspectiva da história ambiental, se torna fundamental a investigação sobre as técnicas utilizadas no plantio e beneficiamento do café.

Conforme será discutido mais adiante nesse trabalho, as técnicas de cultivo do café foram as que tiveram um maior impacto no processo de transformação daquele

ambiente natural. A historiografia parece concordar que as técnicas de cultivo do café não sofreram alterações substanciais durante o recorte temporal da presente pesquisa. Relatos da época e estudos posteriores apontam que, na chegada do café ao Vale, predominou a técnica de cultivo aleatório dos pés de café, que foi logo substituída, ainda nas primeiras décadas do século XIX, pela técnica de plantio retilíneo perpendicular à base dos morros. Esta última técnica foi a que dominou o modo de produção cafeeiro no Vale fluminense ao longo de todo o século. Por outro lado, estudiosos apontam que as técnicas de beneficiamento do café sofreram algumas modificações ao longo do século XIX.¹ Dessa maneira, o recorte temporal deve abarcar um período que permita a análise dos processos de estruturação e de interação entre a sociedade e o ambiente natural e deve contemplar, portanto, um período relativamente grande de tempo, composto, por, no mínimo, algumas décadas.

O recorte temporal escolhido tem como marco inicial o ano de 1800, pois a virada do século XVIII para o XIX representa o período em que o plantio de café avança em direção ao Vale e se iniciam os processos de modificação daquele espaço ocasionados pelo cultivo do café.

O marco final do recorte temporal foi definido quando já estavam em curso as investigações. Conforme será trabalhado, a circunstância precípua que guiou a lógica das técnicas utilizadas no plantio do café não pode ser compreendida sem a utilização do trabalho escravo e das relações sociais oriundas dessa forma de trabalho. Dessa maneira, foi selecionado como marco final do recorte temporal o ano de abolição da escravidão no Brasil, 1888. Pelos motivos acima expostos, o recorte temporal da dissertação em elaboração compreende o período de 88 anos, entre 1800 e 1888.

A presente pesquisa contempla, entretanto, em alguns momentos, fenômenos ocorridos antes do início do recorte temporal apresentado. A justificativa para a análise de fenômenos anteriores a 1800 se dá pelos próprios princípios da base teórica e metodológica utilizadas aqui. A busca pela compreensão dos múltiplos processos de interação entre a sociedade e o ambiente natural ocorridos no Vale do Paraíba entre

¹ Marquese aponta que as mudanças ocorridas nas técnicas de beneficiamento do café, implementadas com a aquisição de novas máquinas despoldadoras, só foi utilizada amplamente a partir da década de 50 e 60 do século XIX, como mecanismo capaz de economizar mão-de-obra, fator de produção que se tornou significativamente mais caro após a interrupção do tráfico de escravos em 1850. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

1800 e 1888 muitas vezes exige a análise de fenômenos que datam de um período anterior ao marco supracitado. Afirma-se, portanto, que o recorte temporal apresenta, no atual trabalho, uma elasticidade que se baseia em seus pressupostos teóricos, uma vez que a rígida delimitação de um recorte temporal e a contemplação de fenômenos ocorridos apenas nesse período poderia empobrecer a análise pretendida, assim como o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Por sua vez, o recorte espacial desta pesquisa é o Vale do Paraíba fluminense trabalhado pela historiografia e não está restrito a uma formação física específica. O Vale do Paraíba, nesta dissertação, compreende as áreas da antiga província do Rio de Janeiro que foram influenciadas pelas lógicas de produção do café no século XIX, responsável pela derrubada das matas e pelo processo de degradação do solo que até hoje atinge parte significativa do Vale do Paraíba fluminense.

Conforme afirmou a historiadora Mariana Muaze, a expressão Vale do Paraíba foi cunhada por seus próprios habitantes no século XIX. Ao analisar os escritos de época de alguns autores e o início da utilização da terminologia Vale do Paraíba, a historiadora destaca:²

Os autores analisados utilizavam a expressão *Vale do Paraíba* ou somente *Vale* sem maiores especificações – fluminense ou paulista – como depois se tornou comum. A simples utilização da expressão Vale do Paraíba já bastava para se fazerem entender....portanto, o espaço não é artificial aos agentes históricos ou se apresenta, simplesmente, como um elemento natural, físico. Ele é um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território. Seus sentidos são construídos e revelam muito sobre as formas de sentir e pensar das sociedades que os designam, descrevem e organizam. (grifo da autora)

Afirma-se, dessa maneira, que a área compreendida pela expressão Vale do Paraíba é um produto social, construído historicamente. Não se trata, portanto, de afirmar que o Vale do Paraíba tal qual será entendido nesse trabalho não possui uma base física. Significa somente que a área abrangida por esse recorte espacial não pode ser facilmente cartografada ou delimitada, pois abrange um conjunto de elementos, ações e processos que se desenvolveram de maneira diferenciada ao longo do período em análise.

² MUAZE, Mariana. *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial..* Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf, p. 5
Acesso em 12 jan.2011

Pode-se afirmar, entretanto, que o recorte espacial aqui utilizado abrange a área do Vale do Paraíba fluminense em que o café guiou ou, em outras palavras, em que o café foi o fio condutor principal dos demais processos de ocupação e transformação daquele espaço.

O recorte espacial é condicionado, portanto, pelo recorte temporal. Como já foi extensamente trabalhado pela historiografia, o café foi cultivado predominantemente na província do Rio de Janeiro durante o século XIX. No final desse século, as plantações já continuavam sua marcha incessante rumo a novas matas virgens e começou a ser cultivado nas províncias vizinhas de Minas Gerais e de São Paulo. Como veremos adiante, o fator mão-de-obra escrava foi fundamental nas transformações espaciais analisadas. Essa mão-de-obra foi, segundo as fontes primárias pesquisadas e a historiografia, um fator que condicionou as técnicas utilizadas na produção de café. Entretanto, na província de São Paulo, a importante presença da mão de obra livre e da baixa importância do trabalho escravo no plantio do café faz com que a dinâmica de interação entre sociedade e ambiente natural no cultivo do café tenham características singulares. Dessa maneira, a presente dissertação analisa somente a parte fluminense da dinâmica cafeeira durante o recorte temporal selecionado.

Em suma, o recorte espacial utilizado nessa monografia refere-se ao Vale do rio Paraíba do Sul fluminense que foi impactado pela dinâmica de produção do café. Os trabalhos pesquisados, realizados por historiadores e geógrafos, utilizam a expressão “Vale do Paraíba” para se remeter a uma área que vai muito além do que o conceito de Vale, presente na geomorfologia, pode definir. A bibliografia consultada não se preocupou em debater o que significaria a expressão Vale do Paraíba, ou seja, tanto geógrafos como historiadores não procuraram problematizar essa terminologia. A presente dissertação pretende levantar essa questão, que pode ser objeto de estudo de trabalhos futuros.

O presente trabalho possui, portanto, o objetivo central de compreender as múltiplas interações entre a sociedade e o ambiente natural ocorridas no Vale do rio Paraíba do Sul fluminense no século XIX, especificamente entre os anos de 1800 e 1888.

Para complementar as lógicas de investigação já direcionadas pelo objetivo central, optou-se pela escolha dos seguintes objetivos secundários: em primeiro lugar, analisar as técnicas de cultivo do café utilizadas no Vale do rio Paraíba do Sul entre 1800 e 1888. Serão utilizadas fontes primárias, compostas por manuais agrícolas e outros documentos elaborados por letrados que viveram no Vale do Paraíba fluminense naquele período – e fontes secundárias que tiveram o Vale como objeto de estudo e, que, de alguma forma, o cultivo do café tenha aparecido como elemento da narrativa, ainda que de forma subsidiária.

Como segundo objetivo secundário, o presente estudo busca investigar as críticas elaboradas às técnicas utilizadas no cultivo de café no Vale. Alguns letrados daquele período criticaram as técnicas utilizadas e sugeriram outros métodos de cultivo que não chegaram a ser utilizados por seus contemporâneos. Ainda dentro deste objetivo secundário, busca-se discutir os motivos – ambientais e humanos – que fizeram com que tais sugestões não fossem utilizadas dentro do recorte temporal escolhido.

O terceiro e último objetivo secundário procura analisar as percepções dos homens daquele tempo acerca das interações entre homem e ambiente natural estabelecidas no Vale. Alguns indivíduos chegaram a criticar as formas de produção de café no Vale, principalmente a partir do final da década de 50 do século XIX. Pretende-se explicitar que, diferentemente do que se poderia supor, os próprios contemporâneos ao cultivo de café no Vale começaram a elaborar críticas àquelas técnicas de cultivo, a partir da percepção do desflorestamento e da demonstração empírica de insustentabilidade daquele sistema de produção.

Conforme será demonstrado ao longo do trabalho, o Vale do Paraíba – expressão que designa, neste trabalho, o conjunto composto pelo ambiente natural e aquela sociedade – será abordado através dos pressupostos teóricos da história ambiental. Serão privilegiados o segundo e o terceiro níveis de análise propostos por essa corrente historiográfica, o que significa, com relação ao segundo nível da história ambiental, analisar os processos de articulação material entre sociedade e ambiente natural, a partir das interações promovidas pelo cultivo do café. As técnicas de cultivo do café contribuíram para a transformação daquele ambiente natural e serão analisadas

à luz das questões propostas pela história ambiental. Essa corrente historiográfica encontra seu campo de estudo quando observa a interação entre as esferas natural e cultural, assim como seus confrontos e interações, procurando superar qualquer dicotomia entre essas duas esferas.³

Além disso, serão também analisadas as propostas técnicas elaboradas pelos letrados que viveram no Vale e que nunca chegaram a ser efetivamente utilizadas. Já na década de 1830 – quando o Brasil assume o posto de maior exportador mundial de café – letrados começam a elaborar relatos em que sugerem a adoção de outras técnicas de cultivo e beneficiamento do café, baseados em algumas motivações específicas, conforme será discutido. Serão examinadas ainda tais propostas técnicas não implementadas, assim como os fatores – naturais e sociais – que impediram que tais técnicas chegassem a ser utilizadas.

No que corresponde ao terceiro nível da história ambiental, serão analisadas, através de relatos da época e da historiografia, as percepções dos processos de interação entre a sociedade e aquele ambiente natural. Quando o café chega ao Vale, no início do século XIX, predomina entre os fazendeiros a idéia de que a floresta era infinita, o que permitiria, em tese, a continuidade da cultura itinerante do café. Entretanto, já na década de 60 deste mesmo século, começaram a aparecer relatos que criticavam as técnicas de produção e apontavam para a inviabilidade da continuação daquele sistema de produção.

A análise de fontes primárias produzidas na época permite o estudo de diversos elementos do processo de transformação do Vale. Serão analisados manuais agrícolas que descreveram as técnicas utilizadas no plantio e beneficiamento do café, assim como outros elementos referentes à vida no Vale. Serão trabalhadas ainda algumas questões acerca da percepção que alguns indivíduos do Vale tiveram sobre aqueles processos de transformação espacial. Alguns letrados estabeleceram críticas às técnicas utilizadas na produção do café desde o início do processo de implementação da cultura cafeeira no Vale, debate que será analisado no seu respectivo contexto de produção.

³ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

As fontes primárias utilizadas aqui foram selecionadas tomando-se por base os seguintes critérios: em primeiro lugar, privilegiou-se a seleção de fontes primárias que tratassem da cultura do café ou de elementos a ela concernentes, como relatos e críticas de formas de produção, de comercialização e de técnicas de cultivo e beneficiamento, dentre os elementos que mais se destacaram nos textos elaborados no período. Em segundo lugar, selecionou-se as fontes produzidas no Vale do Paraíba Fluminense ou que tenham sido produzidas a partir da experiência de seus autores no Vale. Dessa maneira, foram descartadas traduções de trabalhos elaborados no exterior ou trabalhos que, mesmo produzidos no Brasil e que tratassem da cultura do café, tenham sido elaborados em outra área que não o Vale do Paraíba fluminense. As principais fontes primárias selecionadas são compostas por três manuais agrícolas produzidos por letrados que viveram no Vale do Paraíba e que trataram do cultivo do café, mesmo que de forma subsidiária.⁴

No primeiro capítulo, será realizada uma breve revisão bibliográfica acerca da história ambiental, assim como uma análise do ainda incipiente debate que procura articular questões propostas pela história ambiental e pela geografia, o que pode gerar frutíferos resultados para o debate acadêmico.

No segundo capítulo, será realizada uma análise do Vale do Paraíba que procura discutir quais eram os elementos naturais e sociais que caracterizavam as interações analisadas. Dessa maneira, serão trabalhados elementos sobre a chegada do café ao Vale, o processo de estruturação das fazendas cafeeiras, as características daquela sociedade fortemente marcada pelo trabalho escravo e a dinâmica internacional que possibilitou o forte crescimento da produção cafeeira no Vale.

⁴ Os manuais agrícolas têm origem na Grécia clássica e podem ser definidos como livros que tiveram como objeto descrições, recomendações e críticas a algum determinado método de cultivo ou elemento concernente à produção de gêneros alimentícios. Continuaram a ser produzidos, em menor quantidade, durante a Idade Média e começaram a ser escritos na América portuguesa já no primeiro século após o descobrimento. Os manuais produzidos no Brasil têm sido amplamente utilizados como fontes por historiadores que pesquisaram sobre diversos temas e chegaram a se tornar fontes clássicas na pesquisa sobre escravidão no Brasil. Foram escolhidos três manuais agrícolas para serem analisados de forma sistemática: AGUIAR, J. J. F. de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836; CUNHA, Agostinho Rodrigues. *Arte da cultura e preparação do café*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1844 e WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, Brasília: Senado Federal, 1985 [1847].

No terceiro e último capítulo, serão analisadas as técnicas de cultivo do café, tarefa que se divide em três pontos. Em primeiro lugar, serão descritas as técnicas de cultivo e beneficiamento amplamente utilizadas em todo o Vale fluminense.

Em seguida, será estudado o debate acerca das críticas estabelecidas por letrados que viveram no Vale e que sugeriram técnicas que nunca chegaram a ser utilizadas na cultura cafeeira em análise no período selecionado. O estudo sobre as críticas e sugestões elaboradas revelará o conhecimento que indivíduos do Vale tinham a respeito de outras técnicas que eram reconhecidas por eles como superiores, mas que não foram postas em prática. Serão discutidos, nesse segundo ponto, os fundamentos que guiaram as ações de cultivo do café e os fatores naturais e sociais que condicionaram as escolhas das técnicas utilizadas. O terceiro ponto desse capítulo refere-se à percepção da destruição provocada pela cultura cafeeira. Com uma lógica de agricultura itinerante, o café era plantado em matas virgens e, da forma como era feito, provocava uma acentuada erosão dos solos, o que exigia novas derrubadas de matas e um novo plantio. Dessa maneira, já na década de 1850, alguns indivíduos começaram a apontar a falta de possibilidades de manutenção daquele sistema de produção, debate que será analisado no final do terceiro capítulo.

1 HISTÓRIA AMBIENTAL E GEOGRAFIA

1.1 História ambiental

A história ambiental vem levantando, nos últimos 40 anos, questões concernentes às múltiplas interações entre o homem e o ambiente natural na história dos homens. Tal abordagem defende que os fatores naturais não podem mais possuir um papel secundário na produção do conhecimento sobre o passado.

Conforme salienta Worster, esta corrente historiográfica surgiu com uma forte preocupação moral no que se refere às preocupações oriundas das mudanças climáticas recentes. Nesse contexto, essa corrente surge com uma preocupação política muito clara que, através dos seus estudos, pretendia lutar por uma posição conservacionista dos ambientes naturais. Entretanto, o próprio autor salienta que, se a história ambiental surge com essas preocupações moral e política, o posterior amadurecimento desse campo de estudo torna-se um empreendimento intelectual que não pode ser reduzido a uma simples posição panfletária. Dessa maneira, conforme o debate avança, essa corrente historiográfica se solidifica como um ramo do saber acadêmico.⁵

A partir das idéias propostas pela história ambiental, busca-se um entendimento do passado em que os elementos da natureza sejam também contemplados na análise histórica. São objeto de crítica da história ambiental, portanto, as abordagens históricas que pensam os homens isoladamente, em uma análise que contemple apenas aspectos sociais.

Essa corrente historiográfica possui, dentre outros objetivos, o de entender o impacto que o ambiente natural teve na história dos homens e, conseqüentemente, o impacto humano ao meio natural. Não se pode negar a importância dos elementos naturais no condicionamento de aspectos culturais e sociais. A história ambiental

⁵ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambient. soc.* Campinas, v.5, n.2., p. 3, 2003

encontra seu campo de estudo quando observa a interação entre as esferas natural e cultural, assim como seus confrontos e interações, procurando superar qualquer dicotomia entre essas duas esferas.⁶

Donald Worster, um dos principais expoentes dessa corrente historiográfica, realizou algumas propostas metodológicas e apontou que a história ambiental opera em três níveis. Segundo ele, o primeiro nível busca o entendimento do ambiente natural do passado, uma espécie de história natural. Nesse nível, as disciplinas naturais contribuem para que o historiador possa entender como os processos naturais se desenvolveram no passado e como operam atualmente.

O segundo nível procura entender de que forma ocorre a interação do homem com o meio. Ferramentas, trabalho e as relações sociais estabelecidas em situações específicas de relação com o meio natural são o principal objeto de estudo. Worster aponta o exemplo de que uma comunidade organizada para a pesca marítima possui instituições, valores e uma relação com o tempo e com o ambiente completamente diferentes de uma outra comunidade que possui como principal atividade a criação de ovelhas no alto das montanhas. Este nível procura compreender as tecnologias produtivas utilizadas pelo homem no processo de reestruturação da natureza. A relação que o homem estabeleceu com o meio envolve instrumentos, o trabalho e relações sociais de forma conectada. Ao longo da história, o homem extraiu diversos recursos do mundo natural, em um processo de interação com o ambiente. O recurso mais básico pode ser definido como alimento. Diferentes sociedades modificaram o ambiente natural e estruturaram espaços de modo a produzir alimentos. Esse processo foi pouco estudado pela historiografia em uma perspectiva ecológica, procurando-se compreender as interações existentes entre homem e natureza.⁷

Dentro do debate do segundo nível da história ambiental, Worster destaca o processo de interação entre sociedade e ambiente natural especificamente na produção de alimentos. Destaca-se a organização de ecossistemas para propósitos agrícolas, ou seja, um ecossistema em que a presença humana seja determinante, um ecossistema “domesticado”. Dessa maneira, a transformação do ambiente natural com pouquíssima

⁶ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991

⁷ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambient. soc* Campinas, v.5, n .2, p. 5, 2003

ou nenhuma intervenção humana ao longo de centenas ou milhares de anos em um ambiente utilizado para o plantio de alimentos provoca um conjunto de interações que impactam esse ambiente. Esse processo de transformação espacial – a utilização de ecossistemas para o cultivo de alimentos – pode ocorrer de diversas maneiras, dependendo da tecnologia utilizada, dos recursos existentes e dos produtos produzidos, dentre outras variáveis.⁸

Em alguns casos, como aconteceu no Vale do Paraíba, o sistema agroecológico é orientado para a produção de apenas um único produto, em um sistema de produção que buscou suprir uma forte demanda pelo produto cultivado. Ressalta-se, ainda, que muitas vezes são introduzidas plantas que não são oriundas daquele ecossistema nativo, como foi o caso da produção de café no Vale do Paraíba. É importante destacar, nesse sentido, que inúmeras variáveis ambientais continuam a interagir após a chegada de novas espécies, tais como o clima, relevo, processos químicos, dentre outras. Dessa maneira, é possível afirmar que o processo de modificação desse ambiente para a produção de um determinado alimento se constitui em um rearranjo dos processos naturais; a presença humana e a produção de alimentos orientados pelos indivíduos não conseguem anular e controlar totalmente tais mecanismos naturais. Dentre esse conjunto de interações provocadas pelas mudanças espaciais de introdução de cultivo em uma determinada área, Worster destaca que, basicamente, esse processo pode resultar em duas variáveis: ou o sistema agroecológico consegue encontrar um equilíbrio, mínimo que seja e, portanto, consegue continuar produzindo por muitos anos ou, o que aconteceu na cultura cafeeira em análise, o sistema perde sua produtividade e se torna incapaz de continuar produzindo, ao menos sob aquela mesma lógica de produção.

Worster aponta que um dos objetivos do segundo nível da história ambiental é investigar de que maneira as comunidades do passado trabalharam para manter a fertilidade do solo, observando-se as técnicas utilizadas nesse processo.⁹

Sobre a história dos sistemas de produção de alimentos, Worster aponta que até a era moderna e a ascensão do modo de produção capitalista, as plantações se

⁸ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambient. soc.*, Campinas v.5, n.2, p. 9, 2003

⁹ *Ibidem*, p. 12

baseavam predominantemente em uma estratégia de subsistência. Apesar de o sistema de subsistência também realizar um conjunto de modificações no ecossistema, este modo de organização da produção de alimentos tende a preservar a diversidade e complexidade do sistema, o que permite a implementação de estratégias de manutenção do sistema agroecológico por um período grande de tempo. Entretanto, a estrutura e a dinâmica dos sistemas agroecológicos sofre uma grande transformação nos últimos cinco séculos, em um processo que se inicia no século XV e se intensifica nos séculos XVIII e XIX. Worster chega a apontar que, para ele, essas mudanças são tão importantes quanto a revolução neolítica. As mudanças foram complexas e incluem ainda transformações na lógica de produção, como a que foi responsável pela mudança de visão das terras cultiváveis, que passaram a ser percebidas predominantemente sob o seu aspecto mercadológico, elemento que se intensificou com a grande expansão da monocultura. Worster destaca que a especialização está no coração do modo de produção capitalista e faz com que uma grande parte de ecossistemas sejam transformados em sistemas agroecológicos que têm apenas uma espécie em produção.¹⁰

O terceiro nível da história ambiental pode ser entendido como puramente mental, em que o objeto de estudo é o conjunto de idéias que os homens estabelecem sobre a natureza, estando aí inseridos os ideais que guiam as ações humanas. Alguns trabalhos que se encaixam nessa linha da história ambiental se preocupam em estudar o manejo dos recursos naturais que os homens do passado fizeram - consciente ou inconscientemente - e decisões sobre áreas protegidas, como parques ou reservas ambientais. Segundo o autor,¹¹

É com tais questões que o novo campo da história ecológica ou ambiental lida... Esta nova história rejeita a suposição comum de que a experiência humana tem sido isenta de constrangimentos naturais, que as pessoas são uma espécie separada e singularmente especial, que as conseqüências ecológicas de nossos feitos passados podem ser ignorados.

É importante destacar que, ainda segundo Worster, os três níveis da história ambiental devem ser trabalhados de forma articulada e conjunta, para que o

¹⁰ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambient. soc.* Campinas, v.5, n. 2, p. 13, 2003

¹¹ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 2

pesquisador consiga compreender as múltiplas facetas envolvidas nas relações que o homem estabeleceu com o ambiente natural.

José Augusto Drummond¹², uma referência da história ambiental no Brasil, aponta, por sua vez, cinco características centrais da história ambiental. Essas características podem ser definidas, resumidamente, da seguinte maneira: a primeira refere-se ao fato de quase todos os estudos de história ambiental possuírem o recorte espacial em uma área homogênea no que se refere ao ambiente natural. A segunda é a sua característica interdisciplinar, principalmente no que se refere ao diálogo presente entre a história ambiental e as ciências naturais. Drummond chega a citar a importância de ramos da ciência como a geomorfologia, a geologia, climatologia, meteorologia, biologia vegetal e animal e ecologia. A terceira característica é estudar as relações existentes entre os elementos naturais e os diferentes “estilos civilizatórios” das sociedades. A quarta característica se relaciona com a variedade de fontes disponíveis ao historiador ambiental. Podem ser utilizadas fontes como registros fundiários, relatos de viajantes, crônicas, documentos governamentais, imprensa, manuais agrícolas, dentre outras. Destaca-se que as mesmas fontes já utilizadas por outras correntes historiográficas podem ser relidas à luz de novas questões propostas pela história ambiental. A quinta é o trabalho de campo, elemento importante na história ambiental.

No que se refere à importância que o ambiente natural deve possuir na história ambiental, Drummond destaca que:¹³

precisa ficar claro que pensar sobre a relação entre o “tempo geológico” e o “tempo social”, combinar a história natural com a história social, colocar a sociedade na natureza, enfim - implica *necessariamente atribuir aos componentes naturais “objetivos” a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humanas*. Não há meias palavras quanto a isso. (...) Trata-se de uma mudança séria de paradigma nas ciências sociais. Significa que o cientista social dá às “forças da natureza” um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura. (itálico do autor)

A partir da observação feita acima por Drummond, pode-se ainda destacar que as ferramentas e as técnicas se situam como elementos centrais na busca pela compreensão das múltiplas formas que sociedades do passado estabeleceram suas relações com o ambiente natural.

¹² DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 5-8

¹³ *Ibidem*, p. 4

1.2 História ambiental e geografia

Antes do recente surgimento da história ambiental, os conhecimentos histórico e geográfico já estiveram muito mais próximos do que se observa nos atuais estudos acadêmicos. A preocupação com o ambiente natural e com o estabelecimento de uma aliança entre a história e a geografia pode ser observada desde a década de 30, com os trabalhos do historiador Lucien Febvre, um dos fundadores da Revista dos Annales.¹⁴

Fernand Braudel, seguidor de Febvre, escreveu na década de 50 uma obra em que trabalha aspectos do ambiente natural e suas relações com a sociedade na época de Felipe II.¹⁵ Não é tarefa fácil diferenciar os estudos supracitados dos recentes trabalhos elaborados pela atual história ambiental. Tanto os trabalhos acima como os atuais procuraram compreender dinâmicas de interação entre sociedade e ambiente natural e contemplaram as características do ambiente em suas análises. Entretanto, se é possível apontar uma diferença clara entre os estudos da primeira metade do século XX e os recentes estudos de história ambiental, talvez seja pelo fato de que estes últimos normalmente buscam uma relação ainda mais próxima com outros ramos das ciências, principalmente com as ciências naturais.

A aliança entre história ambiental e geografia ainda é um tema recente nos estudos brasileiros. A geógrafa Inês Aguiar de Freitas¹⁶ escreveu alguns artigos em que aponta possíveis diálogos que podem ser estabelecidos por essas duas áreas do saber acadêmico. Conforme discutido acima, a história ambiental é um campo interdisciplinar, em que o conhecimento sobre o passado se constrói através de diálogos com a ecologia, biologia, geomorfologia, climatologia, pedologia, dentre outras.

A questão proposta por Freitas refere-se às características de interesse comum entre a geografia e a história ambiental, tema também trabalhado pelo historiador ambiental José Augusto Drummond.¹⁷ O primeiro ponto apontado pelos estudiosos é o fato de os estudos em história ambiental focalizarem uma região geográfica com algum

¹⁴ FEBVRE, Lucien. *A geographical introduction to history*. London: Routledge & Kegan Paul, 1966.

¹⁵ BRUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. Publicações Dom Quixote, 1995.

¹⁶ FREITAS, Inês Aguiar de. A Geografia na construção de uma história ambiental brasileira. *Boletim Goiano de geografia*. Goiânia, v.22, n. 2, p. 155-168, jul/dez, 2002.

¹⁷ DRUMMOND, José A. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

grau de homogeneidade natural, característica que Freitas relaciona com o conceito de região geográfica, já trabalhado na geografia. A segunda característica que pode estabelecer uma aliança entre a geografia e a história ambiental é o caráter interdisciplinar desses dois ramos do saber, assim como a importância do trabalho de campo, presente na história ambiental e tema central nas discussões geográficas. A grande variedade de fontes utilizadas pela história ambiental pode ser entendida como um outro ponto de interseção entre os dois ramos do saber. Além das fontes normalmente utilizadas pela história social e política, a história ambiental pode utilizar climogramas, mapas pedológicos, geológicos, relatos de viajantes, dentre outras.

O avanço nas pesquisas sobre história ambiental no Brasil tende a fortalecer o laço dessa corrente historiográfica com a geografia, assim como a história ambiental pode contribuir para que possamos melhor compreender as dinâmicas espaciais existentes entre as sociedades e o ambiente natural no passado.

Especificamente no que se refere às preocupações da presente pesquisa, destaca-se a possível articulação de duas idéias propostas pelo geógrafo Milton Santos e pelo historiador ambiental Donald Worster a respeito do processo de interação entre sociedade e ambiente natural, especificamente no que se refere às técnicas. Milton Santos aponta a importância da técnica para que possamos compreender a relação que o homem estabelece com o meio.¹⁸ Segundo ele, a técnica é a principal forma de relação entre o homem e a natureza, entre o homem e o meio. Donald Worster, por sua vez, aponta que o segundo nível da história ambiental busca compreender as tecnologias produtivas utilizadas pelo homem no processo de relação com a natureza.

Santos destaca que as noções de técnica e de meio são inseparáveis e os objetos técnicos têm que ser estudados juntamente com seu entorno. As técnicas devem ser tratadas através de sua própria história e vistas não apenas no seu aspecto material, mas também nos aspectos imateriais. Assim, a idéia de técnica como algo onde o “humano” e o “não-humano” são inseparáveis supera dicotomias, dentre elas a que opõe o natural e o cultural.¹⁹ Worster destaca ainda que o segundo nível da história ambiental deve compreender os instrumentos, as relações e os elementos que

¹⁸ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 p. 29-42

¹⁹ *Ibidem*, p. 29-42

caracterizam esse processo de interação com o meio.²⁰ Destaca-se, a partir do exemplo supracitado, que o diálogo entre as abordagens propostas por Santos e por Worster – e entre as abordagens da história ambiental e da geografia – podem ser frutíferas ao debate acadêmico e aos ramos do saber histórico e geográfico.

²⁰ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991

2 O VALE DO PARAÍBA

A terminologia Vale do Paraíba já foi utilizada por inúmeros estudos. Entretanto, poucos se preocuparam em problematizar essa expressão. É possível definir o que querem dizer historiadores, geógrafos, outros cientistas sociais e até mesmo os letrados do século XIX quando utilizam o termo Vale do Paraíba?

O conceito de Vale, presente na geomorfologia, pouco elucida a questão, uma vez que o que ficou conhecido como Vale do Paraíba abrange uma área muito maior do que a proposta pelo conceito geomorfológico. O traçado físico do conceito de vale, se aplicado ao curso do rio Paraíba do Sul não consegue abarcar a imensa área designada pelo termo em análise. Percebe-se, dessa maneira, que a área abrangida por essa terminologia está mais ligada aos aspectos sociais, históricos, culturais e políticos daquela área.

A historiadora Mariana Muaze, ao questionar a origem da terminologia Vale do Paraíba, analisou obras do século XIX à procura dos primeiros usos dessa expressão. Muaze aponta, por exemplo, que o francês Auguste Saint Hilaire utilizou, em toda a sua obra, a expressão Vale do Paraíba uma única vez, como referência de localização para traçar a rota do viajante. Já em 1870, o escritor e político Tavares Bastos utiliza o termo Vale do Paraíba duas vezes em seu livro. Tais indícios indicam que o termo já era conhecido pelos leitores e que já fazia parte do vocabulário da época.²¹

Até hoje, a expressão Vale do Paraíba é utilizada para definir uma área socialmente construída, não facilmente delimitável e guiada apenas pelo elemento natural que guia a expressão: o rio Paraíba do Sul. A presente dissertação segue essa mesma linha interpretativa, ao utilizar a expressão Vale do Paraíba fluminense para se referir às áreas da antiga província fluminense em que as plantações de café se mostraram presentes e guiaram ações humanas a elas relativas. Ressalta-se, por uma razão de delimitação do objeto em estudo, que o presente trabalho abarca a área

²¹ MUAZE, Mariana. *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial*. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf p. 3-4 Acesso em 12 nov. 2011

fluminense do Vale do Paraíba, especialmente aquelas que presenciaram a dinâmica da produção cafeeira entre os anos de 1800 e 1888.

Recentemente, o Vale foi estudado através de múltiplas abordagens. Alguns estudiosos procuraram analisar questões que se relacionam com a proposta a ser realizada nesta dissertação, como os trabalhos de Rafael de Bivar Marquese – seus estudos sobre os manuais agrícolas, algumas das fontes primárias desse projeto; o livro de José Augusto Pádua – que demonstra, em parte de sua obra, a existência de idéias conservacionistas no século XIX surgidas no Vale do Paraíba; e a pesquisa de Warren Dean - que possui como objeto de estudo a Mata Atlântica, tratando das diferentes formas como o homem se relacionou com essa formação florestal ao longo do tempo, principalmente após a chegada dos europeus no século XVI.²²

A partir da análise dos trabalhos e das abordagens supracitados, destaca-se que as ferramentas teóricas propostas pela história ambiental se apresentam como uma rica proposta teórica e metodológica para o estudo das técnicas de cultivo do café no Vale do Paraíba, uma vez que Worster destaca que a história ambiental encontra seu campo de estudo quanto observa as relações que sociedades do passado estabeleceram com o ambiente natural.

No presente capítulo será realizada uma análise de alguns elementos que estruturaram a dinâmica espacial do Vale do Paraíba no século XIX. Dessa maneira, a partir dos pressupostos da história ambiental e da geografia, buscou-se compreender que a técnica, enquanto forma de relação de uma determinada sociedade com o seu ambiente natural, possui aspectos naturais e sociais. Assim, surge a necessidade de compreender o cenário social e natural do Vale do Paraíba fluminense no século XIX, contexto no qual a relação daquela sociedade com aquele meio estavam inseridos. Serão trabalhadas, portanto, no presente capítulo, as características daquela sociedade e daquele ambiente natural que se articulam de maneira mais próxima à temática da relação do homem com o meio.

²² MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. _____. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.; PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1796-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.; DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras: 1996.p. 34-37.

2.1 Primórdios da ocupação

O início da ocupação do Vale do Paraíba se inicia antes da chegada do café no século XIX, ainda que de forma incipiente. Se com o café foi iniciado um período de permanência e fixação da população nessa área, nos séculos anteriores o Vale pode ser definido como uma área de passagem. Ainda no século XVII, a coroa incentivou a busca por metais preciosos no interior do continente da América portuguesa, uma vez que a imensa maioria da população nesse período se localizava nas zonas litorâneas.

Nesse contexto de necessidade de construção de estradas que viabilizassem o povoamento do interior, se consolidou o que hoje é denominado de Caminho Velho, que partia de Paraty e Angra dos Reis em direção a Cunha. Apenas no final do século XVII a Coroa portuguesa determinou a construção de outro caminho, que ficou conhecido como Caminho Novo, e ligava a cidade do Rio de Janeiro às cidades mineiras de Ouro Preto e São João d'El Rey, subindo pela baixada fluminense e atravessando o rio Paraíba do Sul.²³ Nos anos seguintes, foram sendo construídas variantes e novas estradas que tentavam encurtar o tempo de viagem entre as minas e o Rio de Janeiro. Ambos os Caminhos – o Velho e o Novo, com suas variantes - foram amplamente utilizados no início da expansão do café no século XIX.²⁴

Muaze destaca que com o fim dos lucros oriundos da mineração em Minas Gerais, algumas famílias se instalaram no Vale em busca de novas ocupações, como a produção de cana de açúcar. A autora chega inclusive a analisar o caso específico de duas fazendas que se dedicavam ao plantio de cana de açúcar para a produção de açúcar e aguardente no final do século XVIII. Essas duas fazendas foram, no decorrer do início do século XIX, aumentando progressivamente a quantidade de café produzido, em um processo que permite caracterizar as fazendas citadas como tipicamente

²³ Novaes aponta ainda que esse Caminho novo reduziu o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro e Vila Rica de 95 para 25 dias. O Caminho Novo ficou conhecido ainda como Caminho do Ouro e, após a chegada da família real na América portuguesa, esse caminho recebeu o nome de Caminho Real. NOVAES, Adriano. *Os caminhos antigos no território fluminense*. Disponível em:

<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/oscaminhosantigos.pdf> p. 7-10 Acesso em 12 jan. 2011.

²⁴ Para maiores informações sobre as novas estradas construídas ao longo do século XIX, consultar Novaes, Op. cit. p. 10 -19

cafeeiras já na década de 1830, quando o preço do produto aumentou significativamente no mercado internacional.²⁵

Apesar das já presentes fazendas e construções existentes antes da chegada do café, Dean aponta que a área montanhosa acima da cidade do Rio de Janeiro – o Vale do Paraíba – escapou do cultivo de cana de açúcar, na estrutura de um sistema de *plantation*, por um motivo natural, pois possuía pequenas quantidades de terras de aluvião, ideais ao cultivo da cana. Destaca-se, assim, de que maneira elementos naturais condicionam dinâmicas sociais e não podem ser deixadas de lado em uma análise histórica e geográfica. Nesse sentido, a falta de solos e condições naturais propícias ao desenvolvimento da cana-de-açúcar no Vale deve ser entendida como um elemento natural que condicionou a maneira como o Vale foi habitado nos anos anteriores à maciça chegada do café.²⁶ Nesse sentido, é possível afirmar que a chegada do café transforma a lógica de ocupação do Vale e o processo de ocupação dessa área.

Com relação ao intenso padrão de ocupação provocado pela chegada do cultivo do café nas primeiras décadas do século XIX, Stein e Silva apontaram dois tipos básicos de ocupação.²⁷ O primeiro ocorria a partir de sesmeiros que recebiam terras da Coroa Portuguesa a partir da prestação de algum serviço público ou atividade de interesse da coroa, como a construção de prédios públicos, escolas, hospitais, estradas, dentre outros.

A segunda forma de ocupação era realizada por posseiros, que não tinham o título de propriedade da terra e que normalmente se instalavam em alguns pontos das estradas para prestar serviços e realizar o comércio de interesse das tropas que levavam o ouro das Minas Gerais até o Rio de Janeiro.

A historiografia parece concordar que a convivência entre sesmeiros e posseiros foi pacífica nos primeiros anos do século XIX, durante o início do processo de intensificação da ocupação. Entretanto, conforme a produção e a presença de novos

²⁵ MUAZE, Mariana. *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial*. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf p. 5-6 Acesso em 12 jan. 2011.

²⁶ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras: 1996.p. 193

²⁷ STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1957. e SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

sesmeiros foi surgindo, os conflitos começaram a se acirrar, através da disputa por pedaços e terra e novas áreas de cultivo. Muaze aponta que o resultado dessa dinâmica foi a brutal concentração de terras e poder político, social e militar nas mãos das famílias dos grandes fazendeiros de café.²⁸ Muitos representantes das famílias que dominaram grandes fazendas no Vale ao longo do século XIX já adquiriram, no final do século XVIII, fortuna e prestígio em outros setores econômicos que não o plantio de café, como a mineração, o cultivo de cana de açúcar e o tráfico de escravos, dentre outros.²⁹

Destaca-se, dessa forma, que na maior parte dos casos não ocorreu um processo de concentração de riqueza e prestígio político e social, no sentido de uma ascensão social por parte dos fazendeiros. Na maior parte dos casos, os fazendeiros do café ou seus antecedentes já possuíam algum grau de riqueza em outros setores econômicos. A historiografia aponta que os grandes fazendeiros do café se utilizaram do novo produto de exportação para manter o prestígio econômico e social que suas famílias já haviam conquistado em outros setores. Portanto, diferentemente do que ocorreu com os aspectos naturais do Vale, que seriam profundamente transformados ao longo do século XIX com a expansão do café, os aspectos sociais estavam mais para a manutenção de um sistema que já ocorria na América Portuguesa. Sistema esse concentrador de riqueza que já perdurava em outros setores econômicos da colônia, baseado em uma organização social em que poucas pessoas concentravam poderes econômicos, sociais, e políticos.

O processo de manutenção da unidade territorial do Brasil após a sua independência foi um tema amplamente estudado pelas ciências humanas e que se articula à história do Vale e do café. A contribuição da história ambiental pode ser dada a essa temática quando alerta para o condicionamento que as características naturais do Vale do Paraíba proporcionaram à expansão da agricultura cafeeira em uma área tão próxima à capital do Brasil. Dean aponta que:³⁰

²⁸ MUAZE, Mariana. *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial*. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf
Acesso em 12 jan. 2011. p. 9

²⁹ Sobre os antecedentes de algumas famílias pioneiras no vale, ver o artigo de Mariana Muaze, op. Cit.

³⁰ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras: 1996. p. 195

Na verdade, o café foi a salvação da aristocracia colonial. Foi também a salvação da corte imperial cambaleante, que, assediada por rebeliões regionais e duramente pressionada a pagar pelas burocracias civil e militar necessárias para consolidar o Estado, foi resgatada pelas receitas do café que afluíam para a alfândega do Rio de Janeiro... **Caso as condições de cultivo tivessem sido mais favoráveis ao café nas distantes e rebeldes cidades do Recife, Porto Alegre ou São Luís, seriam geradas forças centrífugas que teriam dividido o Brasil. (negrito nosso)**

Destaca-se, portanto, o fato de as condições naturais do Vale – tais como características de solo, clima e relevo – terem, não determinado, mas condicionado o grande avanço do café no Vale do Paraíba. Este elemento, quando associado ao fato de o Vale estar relativamente próximo à corte, certamente contribuiu para a manutenção do território nacional ao longo do século XIX, fortalecendo o poder político do império através de estreitas relações entre os barões do café e o centro da política nacional.

É também importante relativizar a afirmação de Dean de que caso o café tivesse sido plantado em outras áreas do país certamente o processo de desintegração do território teria sido inevitável. Outras revoltas e processos que ameaçavam a “ordem” imperial eclodiram ao longo do século XIX e foram reprimidos com força policial ou militar, conforme parece concordar atualmente a historiografia. Não é possível negar, entretanto, que um surto cafeeiro e uma rápida expansão de poder econômico em outra parte do país poderia ter desestruturado o governo imperial e suscitado a independência política de alguma região. Dessa maneira, ao analisar a percepção de Dean, critica-se o determinismo de sua afirmação de que o desenvolvimento da produção de café em outra área do país certamente teria desestruturado o poder político nacional e suscitado a divisão territorial do país.

Sugere-se, assim, que a hipótese proposta pelo historiador certamente teria criado um conjunto de forças políticas, econômicas e sociais importantes em algum ponto distante da corte. Entretanto, não é possível afirmar que, caso isso tivesse ocorrido, o governo imperial não teria sido capaz de desarticular o surto de revoltas e o processo de independência dessa hipotética área, assim como o fez em diversas outras áreas já vastamente estudadas por nossa historiografia.

Outras correntes historiográficas podem concordar que a grande produção de café e a importância econômica dos barões em uma área tão próxima à corte podem ter contribuído para a manutenção do território nacional. Entretanto, a contribuição que

pode ser dada pela história ambiental neste debate é a de demonstrar que no processo de interação entre a sociedade e o meio, o Vale do Paraíba apresentou condições naturais extremamente favoráveis ao cultivo de uma planta – o café – e, certamente, os processos de interação entre ambiente e sociedade foram importantes para que os eventos do século XIX tenham ocorrido daquela maneira.

Em resumo: conforme aponta a história ambiental, não se pode negar a importância do meio no condicionamento dos eventos históricos das sociedades. No caso específico em análise, é inegável a importância das condições naturais do Vale do Paraíba para o avanço do café e, dada a sua localização, suas imbricações políticas, sociais e econômicas na história do Brasil no século XIX.

2.2 O avanço do café – da cidade para o Vale

A chegada do café ao Brasil é objeto de algumas dúvidas de historiadores e geógrafos. Valverde aponta que a planta chegou a Brasil nos atuais Estados do Maranhão e Pará, na primeira metade do século XVIII, através do envio de militares para a Guiana Francesa.³¹

Na cidade do Rio de Janeiro, o café chega na década de 1760 e começa a ser plantado em chácaras na região da Tijuca. Valverde aponta a ocorrência do plantio de café na atual zona sul da cidade, na encosta do Corcovado, no maciço da Carioca e na Floresta da Tijuca, expandindo-se posteriormente para as encostas de Jacarepaguá, maciço da Pedra Branca e Santa Cruz.

Valverde demonstra que o café teve, nesse momento, quando muito, uma importância geográfica local.³² Entretanto, apesar dessa pouca importância econômica, é possível afirmar que a planta estava presente em grande parte das chácaras da cidade.

³¹ VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, p. 1, jan/mar, 1967.

³² *Ibidem*, p. 2

O processo que levou o plantio do café da cidade do Rio de Janeiro – com pouca importância econômica – para o Vale – que viria a se tornar a área que mais exportava café em todo o mundo – envolveu diversos elementos, dentro e fora do país. Ressalta-se que o Brasil se torna independente em 1822, durante o processo de expansão da produção de café para o Vale.

No cenário internacional, a revolução escravista de São Domingos em 1791 derrubou a exportação de café daquela colônia, antiga líder da produção cafeeira mundial. Nesse cenário, as áreas que mais se beneficiaram dessa conjuntura foram, em primeiro lugar, Java, antiga produtora de café pertencente aos holandeses e, em segundo lugar, Cuba.³³ Esses acontecimentos, ocorridos na última década do século XVIII, contribuíram para a grande expansão da produção de café no Brasil, que viria a liderar o mercado mundial na década de 30 do século XIX.

Ainda no que concerne ao cenário internacional, é importante ressaltar a mudança no padrão de consumo do café no mundo entre o final do século XVIII e início do XIX. Ao longo do século XVIII, o maior mercado consumidor mundial de café foi a Europa Ocidental e, devido ao seu alto preço, continuou sendo um produto de luxo. No final do XVIII, com o grande desenvolvimento das indústrias, principalmente inglesas, o café passa a ser consumido pelos trabalhadores fabris como uma bebida estimulante, o que aumenta significativamente a quantidade de café consumida no mundo.

É possível, portanto, estabelecer uma relação direta entre o aumento da produção de café mundial e o incremento do consumo ligado à revolução industrial. Como o café é uma bebida estimulante, foi usada amplamente durante as longas e extenuantes jornadas de trabalho dos trabalhadores nas fábricas inglesas.³⁴ Nesse período, os Estados Unidos passaram a liderar o consumo de café no mundo e a aumentar de forma significativa, nos anos seguintes, a quantidade de café importada.³⁵ Nesse contexto, Cuba e Java aumentaram sua produção, mas não conseguiram suprir a crescente demanda pelo produto. Nesse contexto internacional, desenvolve-se a produção cafeeira no Vale do Paraíba.

³³ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. p. 158

³⁴ VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, p. 40-41, jan/mar, 1967.

³⁵ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. p. 158-9

Apesar de significativos, os fatores externos não são capazes de explicar completamente a rápida expansão do café no Brasil. Condições internas extremamente favoráveis também foram fundamentais para o grande processo de expansão da produção.

Já nas primeiras décadas do século XIX, o café começa a ser plantado no Vale. Em termos ambientais, o café encontrou, no Vale do rio Paraíba do Sul, condições muito favoráveis ao plantio. O café é uma planta perene, ou seja, depois de plantado leva cerca de quatro anos para atingir a maturidade e pode permanecer produtivo por mais de trinta anos.³⁶ Esta planta exige uma precipitação pesada, entre 1300 e 1800 milímetros por ano, pois é uma árvore de sub-bosque e não possui nenhum mecanismo para armazenar água.³⁷ É ainda uma árvore mesial, necessita de solos que não sejam encharcados nem secos. O solo da Mata Atlântica era, após milhares de anos de pouquíssima intervenção humana, raso e moderadamente fértil. A biomassa da própria floresta, utilizada no processo de derrubada e queimada das matas, foi a responsável pelo fornecimento de nutrientes para as plantações.³⁸

Conforme tratado anteriormente, o Vale possuía um histórico de ocupação anterior à chegada do café composto basicamente por algumas fazendas produtoras de cana de açúcar, gêneros alimentícios e pequenas aglomerações que forneciam os bens e serviços necessários à manutenção dos antigos caminhos do ouro vindo de Minas e que atravessavam o Vale em direção à corte.

Dessa maneira, é muito difícil resgatar, com detalhes, o caminho de expansão que a produção cafeeira tomou durante o crescimento de sua produção no Vale. Entretanto, os historiadores parecem concordar que avanço do café rumo ao Vale do Paraíba, em sua expansão pela província do Rio de Janeiro, se deu basicamente em duas direções. A primeira, a partir das primeiras décadas do século XIX, partiu de alguns pontos na cidade do Rio de Janeiro, como a Tijuca, Laranjeiras e a Serra do Mendanha, no sentido de serra acima, em direção a Iguaçu e a Piraí.³⁹

³⁶ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras: 1996. p.196

³⁷ *Ibidem*, p. 195

³⁸ *Ibidem*, p. 195

³⁹ Sobre os caminhos de expansão do café para o Vale do Paraíba, ver o livro de SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, assim como o artigo de NOVAES, Adriano. *Os caminhos antigos no território fluminense*. Disponível em:

Esse primeiro sentido de expansão, rumo a Pirai, se bifurcou em dois, conforme demonstra o mapa elaborado por Ricardo Salles. Parte dessa bifurcação caminhou em direção a Barra Mansa e Resende, na província fluminense, e em direção a Bananal e Queluz, na província paulista, constituindo o caminho de São Paulo. A outra bifurcação desse primeiro sentido de expansão se constituiu na direção oposta ao caminho de São Paulo, atingindo as áreas de Paty do Alferes, Vassouras e Valença.

O segundo eixo, conforme demonstra o mapa, partiu de São Gonçalo e Itaboraí em direção à Nova Friburgo, em uma expansão que formava um caminho paralelo ao rio Paraíba.



Mapa 1 – Expansão do café no Vale

Fonte: SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 140

Pode-se afirmar, portanto, que o mapa acima ilustra, quanto muito, um sentido de expansão, que não pode ser facilmente cartografado. É importante destacar que a expansão não se deu de forma contínua, uma vez que algumas fazendas e pousos ligados aos antigos caminhos do ouro já existiam no Vale e, portanto, começaram a experimentar a produção de café em fazendas já instaladas e que cultivavam outros gêneros.

2.3 O tecido social do Vale

2.3.1 Os Barões do café

A grande importância econômica do café para a economia imperial e o prestígio político alcançado por muitos fazendeiros fez com que muitos destes ganhassem títulos de nobreza ao longo do século XIX. Do total de quase mil títulos de nobreza concedidos pelos dois imperadores, cerca de um terço deste montante foi destinado a cafeicultores, comissários e banqueiros ligados ao café.⁴⁰ Assim, dado este expressivo número, resta mais do que evidente a proximidade de interesses entre os fazendeiros e a elite política daquele período.⁴¹

É importante destacar que a terminologia “barões” do café foi a maneira pela qual os grandes fazendeiros ficaram conhecidos. Entretanto, muitos fazendeiros não chegaram a possuir sequer algum título de nobreza. De acordo com a Constituição de 1824, primeira a ser aprovada no Brasil recém independente, cabia ao imperador conceder títulos nobiliários e honras em recompensa aos serviços prestados ao Estado.

⁴⁰ Ver SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 35 e VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29. n. 1, p. 52, jan/mar 1967.

⁴¹ O título de Barão era o menos importante na hierarquia imperial, seguido pelos títulos de Visconde, Conde, Marquês e Duque, em ordem crescente de importância. Nem todos os fazendeiros do café foram agraciados apenas com o título de Barão, mas também com outros títulos de maior prestígio. Carlos Eduardo de Almeida Barata *TÍTULOS DE NOBREZA I*. Disponível em <<http://www.hcgallery.com.br/genea2.htm>> Acesso em 10 jan. 2011.

Dentre algumas famílias de fazendeiros que ganharam destaque na produção de café no Vale, pode-se citar os Pais Leme, Teixeira Leite, Monteiro de Barros, Ribeiro de Avelar, Gomes de Carvalho, Correia e Castro, Clemente Pinto, Carneiro Leão e outras.⁴²

Uma prática comum entre as grandes famílias de fazendeiros era o hábito de casar-se entre si, evitando, assim, a fragmentação da propriedade e contribuindo, muitas vezes, para a ampliação da riqueza, poder e influência. O romancista José de Alencar retrata esse costume em seu romance regionalista “O tronco do Ipê”, que tem como cenário uma fazenda de café no Vale durante o século XIX. Segundo as palavras de Alencar, “O comendador Matos era, depois do barão, o homem mais rico do lugar; todos achavam, pois, muito natural que essas duas riquezas se atraíssem mutuamente por uma irresistível paixão matrimonial”.⁴³

Dentre os grandes fazendeiros do café, tratar-se-á mais profundamente da família Lacerda Werneck, por duas razões. Em primeiro lugar, porque o Barão do Pati de Alferes pode ser considerado um típico barão do café, conforme será demonstrado. Em segundo lugar, porque o Barão de Pati e seu filho escreveram manuais agrícolas com recomendações sobre a vida nas fazendas e tais fontes serão analisadas mais à frente. Antes de analisar o caso específico do Barão de Pati serão trabalhados alguns elementos característicos de outros barões importantes do Vale.

Valverde destaca a importância do fazendeiro Joaquim José de Souza Breves, pois chegou a possuir mais de vinte fazendas, entre os municípios de São João Marcos, Piraí e Rio Claro. Possuiu também mais de seis mil escravos, sendo considerado o maior senhor de escravos do Brasil de todos os tempos.

Outro grande fazendeiro que merece destaque foi o Barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto. Depois de desistir da mineração em Minas Gerais, Clemente Pinto constrói suas fazendas entre Cantagalo e Nova Friburgo. Entre 1858 e 1865, Clemente Pinto financiou a construção de sua residência no Rio de Janeiro, fato muito comum na época. Destaca-se que o Barão de Nova Friburgo ordenou a construção do Palácio do Catete, que funcionou como residência urbana do Barão. Após a

⁴² Ver SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. e TAUNAY, Affonso de E. *Pequena história do café no Brasil. (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do café, 1945. p. 118-9

⁴³ ALENCAR, José de. *O tronco do Ipê*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006. p. 112

proclamação da República, foi transformado em sede do governo até a transferência da capital do Brasil para Brasília. Clemente Pinto foi responsável ainda pela construção pioneira de uma estrada de ferro de 80 quilômetros que ligava suas fazendas e ainda pela construção de comunicações telegráficas.

Por sua vez, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão do Pati de Alferes, nasceu em Fevereiro de 1795, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alferes. Estudou no Rio de Janeiro e interrompeu o curso de Humanidades por motivos de saúde, voltando para a lavoura. Filho único de Francisco de Peixoto Lacerda e Ana Matilde Werneck, era neto pela parte materna do influente Sargento-Mor das Ordenanças da Corte, Inácio de Souza Werneck. Quando morreu, aos 66 anos de idade, em 1861, deixou a incrível fortuna composta por sete fazendas construídas, cerca de mil escravos e terrenos ao longo do Vale do Paraíba.⁴⁴

É importante ressaltar que o Barão nasceu ainda na América portuguesa e que o Brasil só se tornou independente quando ele já possuía 27 anos de idade. Esse fato contribuiu de forma determinante para o pensamento do Barão a respeito de dois elementos centrais de seu tempo: a escravidão e a monarquia. Werneck defendeu o rei e suas instituições com doações em dinheiro e até mesmo com a ação militar – chegou a tornar-se Tenente de Cavalaria de Milícias e ajudou a resgatar escravos fugitivos e a defender a monarquia contra forças republicanas. Além do mais, cresceu em um período em que a escravidão ainda era vista por muitos, ao menos na América Portuguesa, como um elemento natural do mundo e não como um fato social historicamente determinado.

O Barão foi um homem influente, chegando a acumular diversos títulos de nobreza ao longo da vida, como segundo Barão de Pati do Alferes (1852), Grande do Império (1853) e Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial (1842). Chegou inclusive a se tornar Deputado à Assembléia Provincial de 1844 a 1845 e a abrigar o Imperador D. Pedro II em sua fazenda no Vale do Paraíba durante uma passagem do monarca pela região.

⁴⁴ WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847].p. 17

No fim da vida, já na segunda metade do século XIX, o Barão começou a enfrentar certas dificuldades, como dívidas crescentes, sucessivas colheitas ruins e o agravamento dos problemas referentes ao custo da mão-de-obra escrava.

Werneck teve seis filhos. O primogênito foi Luis Peixoto de Lacerda Werneck, que nasceu e foi criado em uma fase que seu pai já tinha consolidado sua posição de grande fazendeiro no Vale do Paraíba. Luis teve então uma educação excelente, conforme o costume das elites da época. Estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro, se tornou Bacharel em Direito Civil pela Academia de Paris (1844) e Doutor em Direito Canônico em Roma (1845). Nesse mesmo ano, 1845, Luis Werneck retornou ao Brasil e se casou. A pedido de sua sogra, que ficara viúva, tornou-se fazendeiro em Vassouras no ano seguinte, em 1846. Sobre sua ida para a lavoura, Luis comentou:⁴⁵

Ao aceitar a proposta tive que mudar-me do Rio de Janeiro para a fazenda e abandonar, talvez para sempre, a carreira comercial, financeira e política bem iniciada, exilando-me com a família num sítio afastado da mais próxima vila, sobrecarregado de todas as pesadas responsabilidades da agricultura, sem distrações ou descanso, longe de escolas onde pudesse educar meus filhos; tudo isso, modéstia à parte, não constituiu pequeno sacrifício para mim...

Seu pai escreve, então, a primeira edição de seu manual agrícola, em 1847, com o intuito de ajudar o filho na empreitada de tornar-se um fazendeiro. A motivação de Francisco em ajudar o filho na nova empreitada é bem evidente já na dedicatória, presente na terceira página de seu manual e que será reproduzido na página seguinte.⁴⁶

⁴⁵ WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847]. p. 13-4

⁴⁶ *Ibidem*, p. 51

Luiz Peixoto de Lacerda Vernek⁴⁷

Meu filho

Apenas chegas da Europa vejo-te casado, e fazendeiro, sem nenhum conhecimento da agricultura usada entre nós. Alguns momentos ocupei-me em escrever esta pequena Memória, explicando-te os mais triviais usos e costumes de nossa agricultura. Dedico-te este meu pequeno trabalho, a fim de que possas, sem esses obstáculos de que se acha rodeada a maior parte de nossos agricultores, entrar na vida laboriosa que vais encetar. Possa o Céu fazer-te feliz e dar-te tanta quanta fortuna te deseje

Teu pai,

F. P. L. Vernek

Cogita-se a hipótese não comprovada de que o manual de Werneck tenha sido publicado em 1846 com uma tiragem muito menor do que a de 1847. Entretanto,

⁴⁷ Conforme destaca Marquese na página 183 do livro supracitado, o Barão assinava seu nome da forma exposta aqui. Apenas alguns anos após o retorno de Luís da Europa é que o Barão transforma a grafia de seu nome para Werneck, conforme a grafia original alemã, sugestão dada por seu filho.

mesmo sem considerar a possível tiragem de 1846, o manual de Francisco Werneck foi republicado em 1863 e 1878. A elaboração destas três edições em um período de apenas 31 anos era uma coisa raríssima para a época e permite apontar que o livro de Werneck foi bastante procurado no século XIX.⁴⁸

O manual de Werneck não se resumiu às práticas adotadas no plantio e beneficiamento do café. O Barão procurou dar recomendações referentes a diversos quesitos para a estruturação de uma nova fazenda de café, como o modo de construção das casas, o tratamento dado aos escravos e as técnicas aplicadas à agricultura do café.

Nesse sentido, as recomendações dadas são, ao mesmo tempo, um registro do que vinha sendo feito pelo próprio Barão em suas fazendas e um conjunto de recomendações a seu filho.

O Vale não era povoado apenas por grandes fazendeiros de café e escravos. Apesar de as fazendas normalmente possuírem um conjunto de edificações necessárias à manutenção da vida cotidiana da mesma, de maneira que pouco se precisasse comprar fora da fazenda, existiam homens livres, normalmente posseiros, que não possuíam o título de propriedade da terra e que estavam ligados de alguma maneira às fazendas, normalmente fornecendo às pessoas das fazendas gêneros alimentícios.

2.3.2 Homens livres

Nos estudos analisados sobre o Vale do Paraíba, poucas são as menções existentes na historiografia acerca dos homens livres no Vale. Tais indivíduos estavam presentes principalmente nas cidades que começaram a florescer, exercendo funções como as de comerciantes, médicos, advogados, e outras ligadas à vida cidadina.

Nas fazendas e em seus entornos, entretanto, a presença de homens livres parece ter sido pequena. Alguns estavam presentes como professores e tinham a

⁴⁸ WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847]. p. 15

função de cuidar da educação dos filhos dos senhores, normalmente professores de canto, dança, piano, idiomas e equitação.⁴⁹ Existiam ainda, assim como os professores, artistas que eram contratados para elaborar peças teatrais e concertos em datas comemorativas, serviço que normalmente era itinerante e visitava diversas fazendas e cidades do Vale.

Existiam ainda alguns homens livres, normalmente escravos libertos, que tinham funções especiais e, para tal, eram mais bem remunerados que os cativos. Algumas vezes, ricos fazendeiros possuíam escravos que faziam esses serviços especializados. Entretanto, muitos contratavam esses serviços de fornecedores livres que o faziam a vários fazendeiros. Um desses serviços específicos era o da derrubada das matas. Perigosa e minuciosa, essa tarefa exigia conhecimento técnico e habilidade, para que fossem poupados dias de trabalho gastos inutilmente caso a tarefa não fosse feita adequadamente. No quarto capítulo da presente dissertação, um tópico analisará apenas a derrubada das matas, processo que demonstra, em parte, a dinâmica da interação daquela sociedade com o ambiente natural.

Além dos grandes fazendeiros e dos homens livres, a mão de obra escrava completava a estrutura do tecido social daquela sociedade.

2.3.3 Escravos

Durante o século XIX, conforme extensamente estudado pela historiografia, a escravidão passou por diversas mudanças, principalmente no que se refere às limitações que a esta instituição sofreu, oriunda da pressão externa e interna que pediam o fim do tráfico de escravos e até mesmo o término da escravidão. No cenário internacional, alguns países, liderados pela Inglaterra, já lutavam contra o tráfico de escravos desde a década de 1820. Internamente, desde a independência do Brasil em 1822, algumas correntes de pensamento abolicionista começam a se consolidar com o transcorrer das décadas seguintes.

⁴⁹ VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, p. 55, jan/mar., 1967.

Em primeiro lugar, cabe destacar que a mão de obra escrava foi um elemento fundamental na produção de café no Vale fluminense durante o século XIX. Durante esse período, apesar de algumas perdas ocasionadas por conjunturas políticas, os escravos continuaram a ser a grande força de trabalho no cultivo de café no Vale.

É importante ressaltar que a escravidão no Brasil era fortemente dependente do tráfico negreiro, devido ao grande número de mortes dos escravos e à baixa capacidade de reprodução natural dos cativos.

Epidemias de cólera, febre amarela e casos de tuberculose contribuíam para a morte dos escravos mal alimentados e expostos a uma extenuante carga de trabalho diária.⁵⁰

A grande jornada de trabalho dos escravos e a punição provocada por alguns senhores quando uma quantidade pré-determinada de trabalho não era realizada fazia com que tensões e até assassinatos fizessem parte daquele cenário. Silva aponta que o medo de revoltas era discutido por muitos barões. Em 1856, um fazendeiro foi assassinado por dois de seus escravos. Aumentava, em momentos de ocorrências como essa, o medo de uma revolta geral, tal qual a ocorrida na Ilha de São Domingos.⁵¹ Nesse contexto, de perigo de fugas, rebeliões e até mesmo de assassinatos contra seus senhores, existiam também vários tipos de negociação entre senhores e escravos.

Explicar a relação entre senhor e escravo apenas pelo aspecto da violência não permite abarcar as múltiplas variáveis dessa relação. Diversos outros fatores estiveram presentes nesse contexto e foram até mesmo se modificando ao longo do século XIX. Nesse período, conforme a produção cafeeira se incrementava, os senhores começaram a estabelecer estratégias de incentivos e punições para conseguir o melhor proveito possível da força de trabalho escrava. Dentre essas estratégias, estavam inseridos benefícios dados aos escravos pelas tarefas cumpridas de forma adequada, de acordo com as determinações do senhor.

O próprio Barão do Pati de Alferes recomendava, em seu manual, que os trabalhos bem feitos fossem recompensados com um bocado a mais de comida ou aguardente. Dessa maneira, evitava-se fugas, rebeliões e incentivava-se o esforço dos cativos.

⁵⁰ SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 151-2.

⁵¹ *Ibidem*, p. 153

Outra ação por parte dos senhores que foi muito importante nessa relação com os cativos consistia em fornecer um pedaço de terra aos escravos para que estes elaborassem, nos dias de folga – normalmente domingos e dias santos – uma economia própria, ou seja, uma produção de gêneros alimentícios que podia ser vendida ao seu senhor ou até mesmo vendida a pessoas de fora da fazenda. Com a quantia oriunda dessa economia, os escravos normalmente compravam uma quantidade extra de comida, tabaco, haxixe e roupas finas, dentre outros objetos. Eduardo Silva destaca que essa “impressão” de propriedade causada por esse pedaço de terra cultivado pelos escravos tinha o objetivo de criar nos cativos um sentimento de identificação com a terra, que colaborava para aliviar as tensões e os conflitos daquele sistema.⁵²

A religião também se constituía como um elemento que contribuía para o controle e a manutenção da ordem escravista. O Barão do Pati defende que o escravo deve ter domingo e dia santo, ouvir missa na fazenda – se houver capela dentro da mesma – e obedecer à doutrina cristã, além de confessar-se anualmente. Tais hábitos, segundo o Barão, contribuiriam para que os escravos tivessem bons costumes e respeitassem seus senhores.⁵³

A maioria dos fazendeiros do Vale era, por motivos óbvios, favorável à escravidão. Apesar de diferentes serem as justificativas que embasavam alguns grupos na defesa dessa instituição, certo é que os fazendeiros do Vale fluminense foram perdendo espaço no cenário político nacional e não conseguiram impedir que forças ligadas a movimentos abolicionistas promulgassem leis que enfraqueciam a escravidão, como a Lei do Ventre Livre, em 1871. Dois terços dos deputados que votaram contra essa lei, na Assembléia Geral, eram de províncias produtoras de café.⁵⁴

Em 1850, com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, o tráfico de escravos foi proibido e praticamente extinto efetivamente, principalmente se for comparado aos dados das décadas anteriores. Em âmbito nacional, o número de escravos começa a

⁵² SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.p. 157-8. e TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. [1860].

⁵³ Ibidem, p. 156

⁵⁴ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 69

diminuir após a promulgação desta lei e o preço dos escravos sobe significativamente nesse período. Neste momento, transforma-se a dinâmica da chegada de escravos ao Vale. Se até 1850 a maior parte dos escravos que chegava para a produção de café era composta por africanos recém chegados ao Brasil, a partir dessa data se intensifica o comércio interno e a migração de escravos em todo o país. Como os Barões do café constituíam a classe mais rica daquele período do século XIX, conseguiam compensar a extinção do tráfico internacional de escravos com a compra da mão de obra cativa de outras áreas do país menos desenvolvidas economicamente.

A necessidade que os fazendeiros do Vale tinham de comprar escravos, seja diretamente da África até 1850 e de outras regiões do Brasil após 1850, se deve ao fato de os escravos nunca terem apresentado taxas de crescimento vegetativo significantes no Brasil. A reprodução natural dos cativos, que ocorria no sul dos Estados Unidos, não foi uma característica presente no Brasil.

A grande mortalidade dos escravos, especialmente a relativa a escravos nascidos nas fazendas, foi relatada pelo viajante suíço Tschudi, em uma viagem feita ao Vale em 1860. Segundo ele,⁵⁵

Um fazendeiro precisa ter grande experiência para criar e educar filhos de escravos. Há os que são tão mal sucedidos nesta empresa, que apenas conseguem criar uma quarta parte dos negrinhos nascidos em suas fazendas. Nos estabelecimentos em que o tratamento dispensado aos escravos não era bom, as próprias mães não se importam com a vida dos filhos, mas ainda nas fazendas onde o tratamento é bom a mortalidade também é elevada, principalmente devido a certas deficiências na alimentação.

A historiografia,⁵⁶ até recentemente, parecia concordar que os Estados Unidos foram o único país das Américas em que os escravos conseguiram se reproduzir e realizar um crescimento da população escrava, devido a um conjunto de fatores que caracterizavam a vida dos cativos no sul daquele país.

Contrariando a historiografia até então, em um trabalho pioneiro, Ricardo Salles aponta que, em meados da década de 1860, a população escrava começou a apontar taxas positivas de crescimento na região de Vassouras. Este autor realiza uma análise

⁵⁵ TSCHUDI, Johann Jakob von. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. [1860]. p. 60

⁵⁶ Em um trabalho que teve como objeto de estudo o município de Paraíba do Sul, João Fragoso aponta que não existia a prática de procriação de reprodução natural dos cativos no interior da fazenda. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1983. p. 43

quantitativa e procura entender o conjunto de relações sociais entre senhores e escravos e a dinâmica dessas relações com a política imperial.⁵⁷ Faltam ainda estudos nesse sentido para comprovar se a tendência de reprodução natural dos cativos entre as décadas de 1860 e 1870 ocorreu em outras regiões do Vale. Destaca-se que a pesquisa elaborada por Ricardo Salles se refere apenas à região de Vassouras e aponta uma taxa de crescimento positiva entre os escravos em um curto período de tempo, entre o final da década de 60 e início da década de 70 do século XIX.⁵⁸

Apesar das recentes constatações de Ricardo Salles, é possível afirmar, com relatos da época, que o fim do tráfico de escravos, em 1850, foi um fator que prejudicou a produção de café sob a lógica em que era produzido até então. Dessa maneira, constata-se que a lei Eusébio de Queiroz representou dificuldades para os Barões do Café, que viram o preço do escravo subir após a década de 50 do século XIX.⁵⁹

De qualquer maneira, vale destacar a intensificação da migração interna de escravos a partir da segunda metade do século XIX. Como a região do Vale do Paraíba era a que possuía o maior poderio econômico e influência política em todo o país, escravos eram comprados de outras regiões para trabalhar nas lavouras de café.

Intensifica-se nesse momento o comércio de escravos inter-provincial, a partir da promulgação da lei de 1850. Analisando o plantel de escravos de dois fazendeiros, João Fragoso destaca que no inventário do fazendeiro Francisco Gomes de Aguiar, em 1880, do total de 28 escravos comprados por ele entre 1873 e 1880, 20 eram provenientes da Província do Rio de Janeiro e 8 eram provenientes de outras províncias. Outro fazendeiro não citado pelo historiador comprou, entre 1873 e 1879, um total de 23 escravos, sendo 15 originários do Rio de Janeiro e os outros 8 oriundos de outras províncias, sendo 5 do nordeste, – Maranhão, Pernambuco e Ceará – e 3 do sul do Brasil – Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Entretanto, o historiador não conseguiu identificar as cidades de origem destes escravos, uma vez que os inventários e outros registros de compras dos cativos normalmente citavam os locais onde os mesmos eram vendidos e não sua localização de origem. Dessa maneira, todos os

⁵⁷ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 64

⁵⁸ *Ibidem*, p. 57

⁵⁹ SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 148

escravos comercializados oriundos de outras províncias citados acima foram comercializados em cidades do Vale do Paraíba, conforme apontavam seus registros.⁶⁰

A resistência escrava era um dos fatores presentes nessa relação e não se restringia à realidade do Vale. Com o aumento do preço do cativo, as perdas monetárias dos fazendeiros ocasionadas pela formação de quilombos e de fugas das fazendas começaram a ser muito maiores.

Dessa maneira, os problemas enfrentados com a escassez e encarecimento da mão de obra cativa fizeram com que os fazendeiros conseguissem, através dos esforços supramencionados, ao longo do século, fazer com que a produtividade de cada escravo aumentasse nesse período. Tal elemento pode ser mais bem visualizado na relação entre os pés de café pelos quais cada escravo era responsável, seja pela manutenção – através de podas e outras tarefas rotineiras – seja pela colheita – tarefa mais extenuante e que exigia grande força dos cativos. O gráfico a seguir, elaborado por Salles, demonstra a relação entre os pés de café que eram cultivados por cada escravo, no período entre 1821 e 1880:

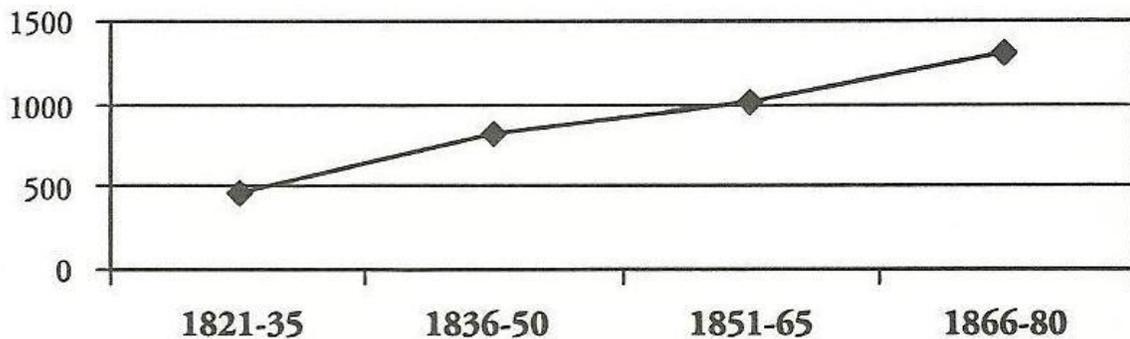


Gráfico 1: Pés de café por escravo por períodos – 1821 - 1880

Fonte: SALLES, Ricardo. P. 154

⁶⁰ Para maiores informações a respeito da demografia da população escrava, consultar FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1983. p. 43-4 e SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

No gráfico acima é possível perceber como a produtividade da mão de obra de cada escravo aumentou no período analisado. Se no período entre 1821 e 1835 cada escravo era normalmente responsável por 500 pés de café, entre 1866 e 1880 esse número se aproxima de 1500 pés de café para cada escravo.

Com relação ao número total de escravos que participaram da produção cafeeira no Vale, é importante destacar que não se dispõe de números confiáveis. Entretanto, é possível perceber, através dos dados citados por Valverde, que ocorreu um grande crescimento na quantidade de escravos que entrou no Brasil na primeira metade do século XIX, com o objetivo de suprir à demanda das fazendas do Vale.⁶¹

Apesar das dificuldades acima apresentadas, é possível afirmar que, dentro do recorte temporal adotado na presente pesquisa, a mão de obra escrava foi a força de trabalho predominante no Vale fluminense, com exceção dos homens livres acima citados e que tinham funções muito pontuais nesse contexto. Mesmo após a implementação das leis anteriores à abolição da escravidão, como a Lei Rio Branco, em 1871, que emancipava os filhos de escravos nascidos a partir desta data, a mão de obra cativa continuou sendo a principal força de trabalho do Vale. De acordo com essa lei, os escravos nascidos de pais escravos deveriam ser libertados com a idade de 8 anos, com uma indenização do governo, ou com 21 anos sem indenização. A outra importante lei relativa à mão de obra cativa desse período foi sancionada em 1884, a Lei dos Sexagenários, que declarava livres os escravos com mais de 60 anos.

As leis acima citadas e o contexto internacional de fim do trabalho escravo permitiram que diversos setores da sociedade percebessem que a escravidão se aproximava do fim. Apesar disso, o comércio de escravos oriundos de outras regiões, conforme trabalhado acima, permitiu que a produção de café no Vale do Paraíba fluminense continuasse sendo predominantemente elaborada pela mão escrava até a abolição, em 1888.

Conforme será trabalhado no quarto capítulo, a lógica das transformações ambientais ocorridas no Vale do Paraíba fluminense nesse período está

⁶¹ VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1. p. 49-50, jan/mar1967.

estruturalmente ligada à mão de obra escrava, fato que chegou a condicionar até mesmo as técnicas de produção do café. A necessidade de vigilância desse sistema de trabalho fez com que a técnica de plantio do café fosse extremamente prejudicial à longevidade produtiva dos solos. Entretanto, a necessidade de vigilância dos escravos não foi o único elemento que condicionou as técnicas utilizadas no plantio do café. Outros fatores – alguns naturais e outros sociais – contribuíram também para que as relações entre aquela sociedade e o ambiente natural tenham se dado daquela maneira.

2.4 Fazendas

Como normalmente segue a regra de início de intervenção em uma área coberta por florestas densas, o Vale começou a ser desbravado através dos rios. Nesse processo de transformação do espaço, um clarão era aberto a partir da derrubada das matas próximas a um rio onde o pioneiro e sua família se fixavam, cuidando-se, em seguida, para que fossem realizados os primeiros cultivos de gêneros alimentícios nas encostas inferiores dos morros.

A madeira extraída na derrubada das matas era utilizada em diversas funções dentro da fazenda, como nos forros das casas, no assoalho de tabuado corrido, no mobiliário, na cozinha, utilizada como lenha e também nos fornos secundários de produção de aguardente e açúcar.

Apesar de difícil, a historiografia parece atualmente concordar que os custos de implementação de uma fazenda cafeeira não eram tão altos quanto os estudos anteriores pareciam apontar. O baixo custo da terra – muitas vezes inexistente – e a ampla oferta de mão-de-obra escrava fornecida pelo já consolidado mercado escravocrata do porto do Rio de Janeiro contribuíam para o baixo custo inicial de estruturação de uma fazenda cafeeira.⁶²

⁶² Marquese realiza o debate acerca dessa temática em seu livro e demonstra que, segundo a historiografia recente, com a qual ele concorda, os custos necessários à construção de uma fazenda cafeeira eram efetivamente menores

Em seu manual agrícola, Werneck – o Barão do Pati – aponta de forma detalhada um roteiro de construção de uma fazenda produtora de café. O importante letrado destaca que, em primeiro lugar, a fazenda de café é uma unidade produtiva. Nesse sentido, segundo ele, as sedes das fazendas reuniam, além da casa de moradia, um complexo de edificações ligado, direta ou indiretamente, à produção, como: paióis, armazéns, cavalariças, hospital, etc... As chamadas fábricas completavam o quadro: engenho de serrar, moinho (de milho), engenho de mandioca, engenho de pilões e, se fosse o caso, engenho de açúcar. Essas edificações deveriam ser construídas em torno de um terreiro de secar café para facilitar o serviço e a vigilância.⁶³

Valverde destaca que, em geral, a construção da fazenda começava a acontecer perto do rio, mas fora do alcance das enchentes, sobre um terraço ou na base de uma encosta. Neste local se situava a sede da fazenda, geralmente composta por dois pavimentos, com um grande número de janelas.⁶⁴

O Barão aponta de forma sistemática as primeiras ações que deveriam ser tomadas no processo de desenvolvimento de uma fazenda. Em primeiro lugar, deve-se edificar uma casa ordinária para todos, incluindo os escravos. Em segundo lugar, e de fundamental importância de acordo com Werneck, deveria ser feito o engenho de serrar, o que faria com que os custos seguintes com a construção da fazenda se reduzissem à metade. Em seguida, deveriam ser feitos o moinho, o engenho de mandioca e depois o de pilões, seguindo-se as senzalas dos pretos. Cada quarto de senzala deveria acomodar, segundo o Barão, quatro escravos solteiros ou um casal e seus filhos. Werneck recomenda que, enquanto são feitas as construções, o fazendeiro deve também iniciar o processo de plantio do café e dos gêneros que serão utilizados na alimentação. Segundo ele, uma grande abertura deve ser feita na mata para que sejam colocados os pastos. A segunda medida a ser adotada no que se refere ao plantio e preparo dos elementos agropecuários refere-se a reservar um terreno mais

do que os pesquisadores pensaram anteriormente. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. p. 159-60

⁶³ VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, p. 28, jan/mar 1967.

⁶⁴ Ibidem, p. 45

ameno e próximo para que seja feito um pomar. Dentro desse pomar deve ser reservado ainda um espaço para que sejam plantadas hortaliças.⁶⁵

O próximo passo seria plantar o café. Werneck recomenda que no primeiro ano o plantio de café fosse feito em grande escala. Nos anos seguintes o plantio deveria ser feito de acordo com as possibilidades do fazendeiro.⁶⁶ Em seguida deveriam ser construídas estradas para o escoamento da produção. Werneck recomendava que, diferentemente do que faziam alguns fazendeiros, fossem construídas estradas largas no alto dos morros maiores e mais altos, para que fosse possível vigiar a plantação. A cada 300 braças um rancho ou paiol deveria ser construído, coberto de telha ou de palha, para onde se recolheriam os trabalhadores quando chovesse. Esse rancho poderia servir ainda para bater o feijão ou estender o café na colheita. Seria possível ainda a criação de aves por um “preto ou uma preta velha, ou com algum defeito”.⁶⁷

Sobre o cultivo de outros gêneros alimentícios e que serviriam para alimentar todas as pessoas e animais, Werneck destaca que a auto-suficiência da fazenda era um objetivo que deveria ser seguido pelos leitores de seu manual. Em 1847, diz o Barão, para um excelente jantar diário, gasta-se dinheiro apenas com vinho e sal. Todos os outros gêneros – milho, feijão, arroz, mandioca, inhame, batata doce, amendoim, porcos, carneiros e galinhas eram produzidos dentro da fazenda.⁶⁸ O Barão destaca que o objetivo quanto à plantação de outros gêneros não se resume ao consumo do fazendeiro, mas à possibilidade de melhor alimentar os escravos e conseguir, conseqüentemente, mais rendimento nas tarefas diárias. Segundo ele,⁶⁹

todo fazendeiro deve plantar mantimentos que lhe chegue para o gasto, de forma que lhe não seja preciso comprar para o consumo, embora faça menor safra; ele lhe ficará livre, e seus domésticos estarão fortes, pois quando se compra, nunca há abundância, e eles mais ou menos sempre sofrem.

Entretanto, na segunda metade do século XIX a auto-suficiência descrita com orgulho pelo Barão em 1847 não consegue se realizar na vida prática da fazenda, pois

⁶⁵ WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847]. p. 57-9

⁶⁶ *Ibidem*, p. 30

⁶⁷ *Ibidem*, p. 30

⁶⁸ *Ibidem*, p. 38

⁶⁹ WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847]. p. 59

a expansão da cafeicultura se fez em detrimento da agricultura de subsistência, devido às altas cotações do café. Conforme destaca Eduardo Silva em sua introdução histórica, nas décadas de 50 e 60 é possível identificar relatos de compra de arroz, milho e feijão. Nesse mesmo período, fazendeiros começam a reclamar do aumento do preço dos gêneros alimentícios, o que aumentava substancialmente os custos gerais das fazendas.⁷⁰

O interior das fazendas possuía normalmente objetos de luxo, geralmente trazidos da Europa, como tapeçarias, móveis e cristais, dentre outros.

Na fotografia abaixo, elaborada na metade do século XX, mas que parece conservar os aspectos originais do século anterior, conforme aponta Lamego, é possível observar o luxo e os objetos normalmente presentes no interior de uma fazenda cafeeira.

⁷⁰ Ibidem, p. 39-48



Fotografia 1: Interior do solar do Paraíso

Fonte: LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro, IBGE, 1963. p. 348

Destaca-se a importância do comércio no Vale nesse período. Normalmente os comerciantes responsáveis pela venda do café na corte faziam o caminho de volta ao Vale com artigos de luxo comprados no porto do Rio de Janeiro, muitas vezes oriundos de encomendas realizadas anteriormente pelos fazendeiros.

Com relação às fazendas, é importante destacar o curto espaço de tempo em que essas construções, de grande complexidade, foram construídas.⁷¹ O presente

⁷¹ O Instituto Cultural Cidade Viva, em parceria com o Instituto Light, vêm realizando nos últimos anos um trabalho de inventário das fazendas de café no Vale do Paraíba. Até o final de 2010, já foram inventariadas cerca de 180 fazendas. Para maiores informações, acessar <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>

trabalho não pretende realizar uma análise sistemática do conjunto de fazendas do Vale. Três fazendas serão especificamente abordadas, por razões distintas.

Em primeiro lugar, foi escolhida a Fazenda do Secretário, pois dois motivos particulares: pelo fato de sua forma de construção ser emblemática e representar, de certa maneira, o padrão típico de construção de fazendas do Vale do Paraíba, recomendado pelo Barão do Pati em seu manual e citado por Valverde em seu clássico texto. Além do mais, a Fazenda do Secretário possui algumas litogravuras elaboradas na época e mapas confeccionados em estudos extemporâneos, conforme será demonstrado.

A segunda fazenda, Monte Alegre, foi selecionada por ter sido escolhida pelo Barão de Pati de Alferes como o centro de seus negócios e, por isso, apresentar algumas características presentes apenas nas maiores fazendas de café do Vale.

A última fazenda selecionada foi a fazenda de Santa Anna, pertencente também ao Barão do Pati, pelo fato de existirem relatos do próprio Barão apontando o desgaste dos solos provocados pelo plantio do café já no final da década de 50 do século XIX. Conforme será visto, essa fazenda, herdada pelo Barão de seu pai, demonstra o processo que viria a ocorrer com um grande número de fazendas mais tarde: o seu abandono por não apresentar mais matas virgens disponíveis à expansão da cafeicultura tal qual ela era realizada no Vale Fluminense no século XIX.

2.4.1 A Fazenda do Secretário

Localizada entre os municípios de Vassouras e Valença, a fazenda do Secretário tem origem em uma sesmaria concedida, em 1743, a Pedro Saldanha e Albuquerque, que depois foi transferida e, naquela localidade, foi construída uma fazenda muito mais simples do que aquela que viria a se tornar uma grande fazenda do período do café. Apenas quando chegou às mãos do Barão de Campo Belo, Laureano Correa e Castro, é que a fazenda passou pelas construções e reformas que demonstram o poderio

econômico e o prestígio social de seu dono.⁷² Conforme citado anteriormente, a Fazenda do Secretário foi selecionada por sua emblemática forma de construção em relação ao ambiente e pela riqueza de fontes e fotografias da época existentes.

Conforme aponta Valverde, em uma passagem já mencionada, as fazendas do Vale tinham suas principais construções próximas a um rio, em um terraço ou na base de uma encosta, onde se localizava a sede, normalmente composta por dois pavimentos.⁷³ A partir da litogravura de Victor Frond é possível perceber que a Fazenda do Secretário segue exatamente o padrão típico de construção. Na imagem a seguir é possível observar a parte de trás da sede da fazenda, localizada ao lado de um rio.



Litogravura 1: A Fazenda do Secretário – Imagem dos fundos da sede

Fonte: Litogravura de Victor Frond. Meados do século XIX. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fazenda do Secretário. Códice A-II-F11-Vas. p. 298

⁷² Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fazenda do Secretário. Códice A-II-F11-Vas. Disponível em: < http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/17_secretario.pdf > Acesso em 10 dez. 2010

⁷³ VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, p. 45, jan/mar 1967.

À direita da sede da fazenda, composta por paredes de cor mais clara na litogravura, aparece uma construção que possui paredes de cor mais escura. Essa construção era provavelmente utilizada para o estoque de produtos, como café e outros gêneros alimentícios.

Na litogravura abaixo, elaborada também pelo mesmo artista, é possível observar a parte da frente da fazenda.



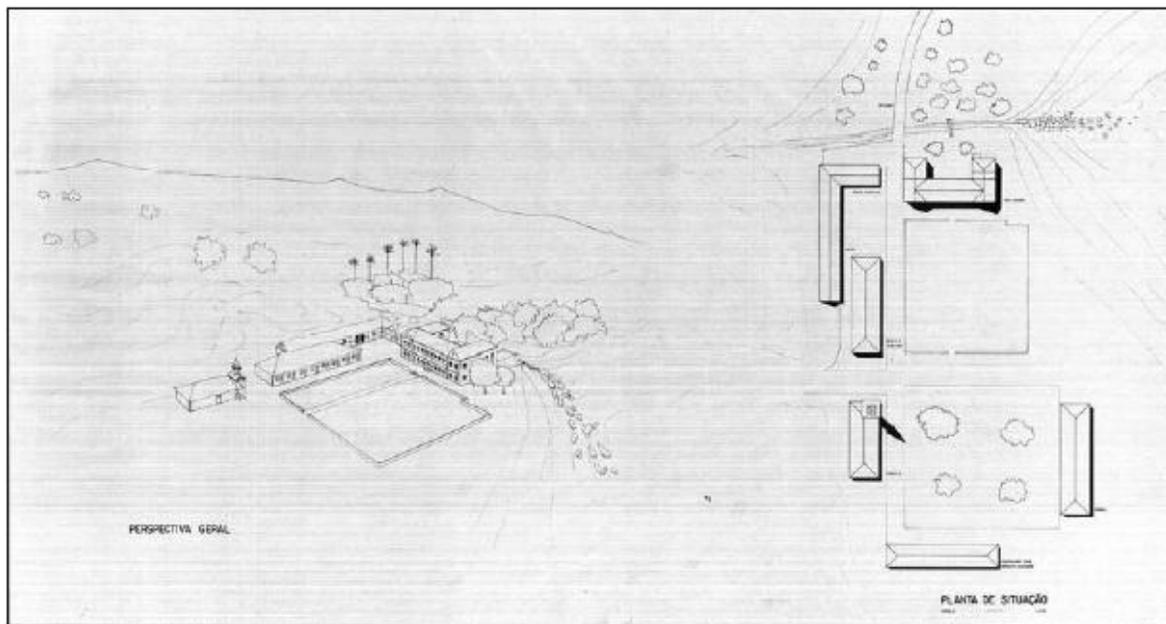
Litogravura 2 – A Fazenda do Secretário – Imagem da frente da sede

Fonte: Litogravura de Victor Frond. Meados do século XIX. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fazenda do Secretário. Códice A-II-F11-Vas. p. 305

O rio, representado na primeira litogravura, encontra-se atrás da parte da sede que é vista na figura acima. É possível observar ainda o afloramento rochoso típico da geomorfologia de mar de morros do Vale do Paraíba. São visualizados ainda alguns escravos trabalhando e uma escrava que possui ao seu lado um cesto, provavelmente

com roupas a serem lavadas. À esquerda da imagem, é visto um espaço plano e vazio em frente à sede da fazenda. Normalmente as construções eram realizadas em volta do terreiro de café, para que, dentre outros motivos, fosse facilitada a vigilância dos escravos.

Pode-se ter uma visão mais ampla da fazenda do Secretário através do mapa abaixo.



Mapa 2 – Planta das edificações da Fazenda do Secretário ALCÂNTARA, Dora. As fazendas do Vale do Paraíba: o começo de uma caminhada. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/26_dora-alcantara.pdf Acesso em 10 dez. 2010

Como demonstra a parte esquerda da figura acima, as construções eram realizadas em volta do terreiro de café. É possível visualizar a sede da fazenda que tinha sua parte de trás voltada para o rio, com um terreiro de café à sua frente. Ao redor da sede, é possível observar cinco construções. É difícil saber ao certo a função que cada uma das construções teve na época. Através da pesquisa com as fontes primárias e a historiografia, infere-se que tais construções poderiam ser utilizadas como paióis para guardar café e outros gêneros alimentícios, assim como depósitos de ferramentas, lenhas, roupas e outros objetos utilizados na fazenda. Tais edificações eram também utilizadas ainda como senzalas para os escravos. Conforme parece apontar a figura

acima, as senzalas se localizavam em um espaço próximo à sede da fazenda, o que facilitava o controle sobre o trabalho realizado. Algumas fazendas contavam ainda com construções utilizadas como hospitais e oficinas de serrar. Acredita-se, ainda, que esse tenha sido o caso da Fazenda do Secretário.

2.4.2 A Fazenda Monte Alegre

A fazenda Monte Alegre pode ser considerada a residência e principal fazenda do Barão do Pati do Alferes. Apesar de não ter sido construída pelo Barão, foi escolhida por ele para ser o centro de seus negócios. Das sete fazendas que possuía, era a melhor equipada, em termos de objetos, máquinas e detalhes arquitetônicos. Era também a que possuía a maior quantidade de mão de obra, com um diversificado leque de escravos com ofícios especializados, conforme demonstra a tabela na página a seguir. O barão residiu nessa fazenda entre os anos de 1855 e 1861, ano em que morreu, na própria fazenda, possivelmente vítima de um acidente vascular cerebral.⁷⁴

Por volta de 1859, chegaram a residir, somente nessa fazenda, cerca de 200 cativos, dentre eles um número significativo de escravos com ofícios especializados. É importante destacar que estes últimos eram normalmente negociados por preços mais elevados, fato que demonstra a importância e riqueza do Barão do Pati de Alferes. A tabela a seguir aponta as especialidades de alguns cativos descritas à época.

Tabela 1 – Especialização profissional de alguns cativos da fazenda Monte Alegre

⁷⁴ Inventário das fazendas do Vale do Paraíba. Códice A-II – FO3 – Pa. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/24_monte-alegre_pa_.pdf> Acesso em 30 nov. 2010.

Especialidades dos escravos	Número de escravos para cada especialidade
Boleiro	1
Cocheiro	2
Canoeiro	1
Cavouqueiro	2
Carpinteiro	10
Falquejador	3
Ferreiro	2
Pedreiro	5
Telheiro	1
Barbeiro	2
Pajem	1
Enfermeiro	1
Capataz	1
Costureira e (ou) engomadeira	3
Lavadeira	1
Sapateiro	1
Cozinheiro	1
Carreiro	1
Formigueiro	1
Alfaiate	1

Fonte: SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 141

É importante ressaltar que apenas as fazendas mais prósperas do Vale contavam com a presença de escravos com ofícios especializados. Conforme destaca Eduardo Silva, apenas a especialidade do capataz estava presente nas demais fazendas do Barão do Pati, por questões de controle dos cativos. Inúmeras questões podem surgir acerca da tabela acima; destaca-se, para a presente pesquisa, o grande leque de ofícios dos escravos das grandes fazendas do Vale.

No que se refere às instalações, a área da fazenda incluía a casa de moradia, com oratório, moinho, engenho de fazer farinha, 59 lances de senzalas, enfermarias para os escravos, paióis de milho, ferraria, olaria, forno, armazéns de café e outros gêneros alimentícios, ranchos, plantações de gêneros alimentícios e muitos pés de café. No tocante às ferramentas de trabalho, existiam na fazenda 25 foices, 17 machados, 40 cavadeiras, 80 enxadas, ferramentas de marceneiro e um torno.⁷⁵

No interior da fazenda, existiam ainda móveis de mogno, cedro e jacarandá, um piano e louça da Índia, incluindo alguns elementos como o brasão da família, dentre outros itens.⁷⁶

Não foram encontrados registros de imagem da fazenda Monte Alegre durante o século XIX. Entretanto, de acordo com o inventário das fazendas citado, a fachada da fazenda foi bem conservada e pode ser observada na imagem a seguir.



Fotografia 2 – Imagem da sede da Fazenda Monte Alegre

Fonte: Inventário das fazendas do Vale do Paraíba. Códice A-II – FO3 – Pa. Disponível em http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/24_monte-alegre_pa_.pdf Acesso em 30 nov. 2010. p. 1

2.4.3 A fazenda de Santa Anna

⁷⁵ SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 142

⁷⁶ Inventário das fazendas do Vale do Paraíba. Códice A-II – FO3 – Pa. Disponível em http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/24_monte-alegre_pa_.pdf. Acesso em 30 nov. 2010.

Algumas fazendas do Vale do Paraíba remontam a um período anterior à chegada do café ao Vale. Esse é o caso da fazenda de Santa Anna, construída por volta da década de 1760 para a produção de aguardente e gêneros locais, servindo de entreposto para as tropas que traziam o ouro das minas até o porto no Rio de Janeiro. A fazenda foi vendida duas vezes ainda no século XVIII, chegando em 1789 às mãos de Inácio de Souza Werneck, também conhecido como Padre Werneck, pois ordenar-se-ia padre no final da vida. Inácio de Souza Werneck é considerado o patriarca do ramo da família Werneck no Vale do Paraíba, do qual descendeu o ramo Peixoto Werneck, ao qual pertenceria o futuro Barão do Pati de Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.⁷⁷

A história da fazenda de Santa Anna representa o processo ocorrido com diversas outras fazendas em virtude do processo de cultivo do café e sua interação com o ambiente no Vale do Paraíba. Nesse processo de derrubada e queimada da mata virgem para o cultivo do café, era comum que as terras ficassem completamente desgastadas após a morte dos primeiros cafezais, o que durava cerca de vinte anos por cada ciclo de cafeeiros no Vale. Dessa maneira, as primeiras fazendas que recebiam o café acabavam sendo abandonadas por falta de terras úteis à produção, em um cultivo que deixava a terra cansada para trás e avançava em direção a novas terras mais adiante.

Conforme apontado acima, a fazenda de Santa Anna foi construída cerca de oitenta anos antes do surto cafeeiro no Vale, o que viria a ocorrer na década de 20 do século XIX. Quando o Barão do Pati do Alferes herdou a fazenda, na metade do século XIX, ela já apresentava os sinais de degradação do ambiente natural, o que levaria ao abandono da mesma alguns anos depois. Em 1858, o Barão descreveu a fazenda de Santa Anna como “muito velha, e estéril fazenda, de cujo solo tirou meu pai toda a sua fortuna, mas que a deixou estragada completamente”.⁷⁸

⁷⁷ Para mais detalhes sobre os ramos das famílias oriundos de Inácio Werneck ver SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 147

A fotografia abaixo, presente em um acervo particular, demonstra a fachada da fazenda de Santa Anna. Como é possível observar, através da imagem e dos dados que apontam a data de construção, ainda no século XVIII, não era uma grande e luxuosa fazenda, uma vez que data de um período anterior ao surto cafeeiro no Vale. Entretanto, sua história é representativa da lógica de produção do café no século XIX.

A fotografia abaixo, sem data, provavelmente tirada nos primeiros anos do século XX, demonstra a relativa simplicidade da fazenda de Santa Anna em relação às duas fazendas anteriormente apresentadas.



Fotografia 3: Imagem da sede da Fazenda de Santa Anna

Fonte: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/20_santaanna-do-vale.pdf Acessado em 30/11/2010

A reconstituição de alguns aspectos das três fazendas selecionadas demonstra, dentre outras coisas, dois elementos importantes do Vale do Paraíba no século XIX. É possível inferir algumas características daquela sociedade e também da lógica de produção do café naquele período.

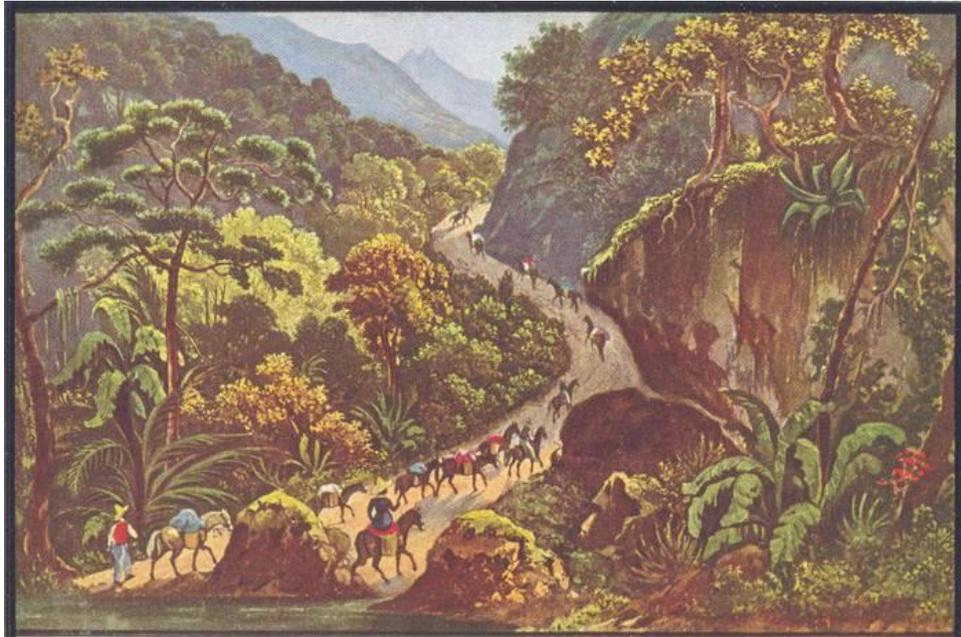
Em primeiro lugar, o luxo e a grandiosidade da Fazenda Monte Alegre e da Fazenda do Secretário demonstram a grandiosidade e opulência das fazendas, que poderiam ser consideradas efetivamente uma unidade produtiva, por possuir a capacidade de fabricar a maioria dos objetos necessários à vida no Vale. Além disso, o luxo e a riqueza nos quais estavam inseridos os Barões do café faziam com que muitos objetos de luxo fossem trazidos da Europa.

Ao analisar o caso específico da fazenda de Santa Anna, é possível analisar, através do estudo da história de uma única fazenda, a lógica de reprodução do cultivo de café que se repetiria em linhas gerais por todo o Vale do Paraíba. A relação que as técnicas de cultivo do café estabeleciam com o ambiente natural se mostra de forma exemplar na história do curto período de produção de café nessa fazenda. Após a vida útil dos primeiros cafezais, algumas fazendas eram abandonadas por não apresentar mais terras virgens disponíveis para o cultivo de novos cafeeiros, o que demonstra a lógica do avanço e da degradação do ambiente natural provocados por aquele sistema de cultivo.

2.5 O transporte da produção

Até a década de 1850, o transporte do café até as zonas portuárias era feito por comerciantes que levavam o produto até o porto do Rio de Janeiro. Com a utilização de mulas, estes comerciantes normalmente levavam as sacas de café até o porto e faziam a viagem de volta ao Vale com objetos que eram vendidos nas fazendas.

A aquarela a seguir representa o principal mecanismo de transporte utilizado no Vale do Paraíba fluminense até a metade do século XIX.



Aquarela 1: Transporte de objetos e café feito por mulas

Fonte: Johann Steinmann – Caminho dos órgãos

Valverde destaca que o comércio de mulas teve importantes conseqüências geográficas. Em primeiro lugar, os muares vinham do Rio Grande do Sul e do Rio da Prata e chegavam ao Sudeste através do “Caminho do Sul”. Valverde destaca, assim, que esse transporte de animais foi importante no processo de integração das atuais regiões Sudeste e Sul do Brasil.⁷⁹

Além disso, nas épocas de colheita, o tráfego de mulas ficava ainda mais intenso do que nas outras épocas do ano. Como as mulas não conseguiam realizar o transporte entre as fazendas e o porto em apenas um dia, foram criadas, nas estradas, lugares para o pouso e a pernoite dos animais e dos tropeiros. Apesar de começarem normalmente de forma rudimentar, esses locais muitas vezes eram incrementados com a posterior fixação de alguns comerciantes e prestadores de serviço, como ferradores, seleiros, etc. Dessa maneira, alguns vilarejos e posteriores cidades começaram a se desenvolver no Vale.⁸⁰

⁷⁹ VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, p. 71, jan/mar 1967.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 71

Com o fim do tráfico de escravos em 1850, grande parte do capital utilizado nesse comércio começou a se transferir para outras áreas, principalmente o setor bancário, que foi responsável por financiar a construção das primeiras estradas de ferro do Vale do Paraíba.

A primeira estrada de ferro foi construída por ordem do barão de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, em 1854, e ligava o porto de Mauá à Raiz da Serra de Petrópolis, em uma extensão de 14,5 quilômetros.⁸¹

Em 1858, foi inaugurado o primeiro trecho da estrada de Ferro D. Pedro II, que ligava a Praça da República, no centro da cidade do Rio de Janeiro, ao município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, com um percurso de 48 quilômetros. Apesar da dificuldade da construção de ferrovias devido às características geomorfológicas do Vale, em 1869 já existiam 478 quilômetros de ferrovias em funcionamento em todo o Vale do Paraíba.⁸²

⁸¹ VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, p. 72, jan/mar 1967

⁸² Sobre os detalhes da construção da malha ferroviária no Vale do Paraíba, ver NOVAES, Adriano. *Os caminhos antigos no território fluminense*. Disponível em:
< <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/oscaminhosantigos.pdf> > p. 20-26 Acesso em 12 jan. 2011

3 AS TÉCNICAS DA DESTRUIÇÃO

O presente capítulo apresenta um duplo objetivo. Em primeiro lugar, serão analisadas, de forma sistemática, as técnicas predominantemente empregadas no cultivo de café no Vale fluminense no século XIX. Serão também abordadas as percepções, críticas, sugestões e análises acerca das técnicas de cultivo do café que foram elaboradas por letrados que viveram no Vale naquele período. Muitas vezes os manuais agrícolas produzidos na época criticaram as técnicas utilizadas, conforme será demonstrado. Pretende-se contribuir, com tais objetivos, para o desenvolvimento do debate acerca da interação entre sociedade e ambiente no estudo da história dos homens.

No trabalho de identificação e análise das técnicas empregadas no Vale, foram utilizadas fontes primárias produzidas a partir da experiência que seus autores obtiveram no Vale do Paraíba. Alguns desses trabalhos chegaram a ser publicados em outras áreas, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, mas foram produzidos a partir da realidade que seus autores obtiveram no Vale do Paraíba. Serão utilizados também trabalhos de historiadores e geógrafos que tiveram, ainda que de forma subsidiária, a questão das técnicas de cultivo como um dos elementos de análise em seus estudos.

O conjunto de fontes primárias utilizadas compreende principalmente três manuais agrícolas: *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*, escrito pelo padre Aguiar, publicado em 1836; *Arte da cultura e preparação do café*, escrito por Agostinho Rodrigues Cunha, em 1844, e *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, publicado em 1847. Essas fontes já foram amplamente utilizadas em pesquisas sobre escravidão e podem, a partir da presente pesquisa, serem relidas à luz de novas questões.⁸³

⁸³ Mais recentemente, estas mesmas fontes foram analisadas detalhadamente em dois trabalhos de Rafael de Bivar Marquese, que trabalhou, no livro *Administração e escravidão*, as idéias que serviram de base para o gerenciamento da fazenda escravista. Nesse trabalho, Marquese realizou um estudo minucioso sobre o conteúdo dos manuais, tendo como questão o gerenciamento da fazenda escravocrata. Na obra *Feitores do corpo, missionários da mente*, Marquese elaborou um estudo sobre os manuais agrícolas produzidos no Caribe e no Brasil em uma abordagem comparativa, tendo como questão o tratamento que os manuais agrícolas recomendavam que se desse aos escravos. Para maiores detalhes, ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. _____ *Feitores*

Marquese destaca que, entre os manuais agrícolas produzidos no Vale do Paraíba no século XIX, os dois assuntos aos quais seus autores mais se dedicaram foram o estabelecimento de um modelo técnico adequado à produção cafeeira e a formulação de estratégias de controle do grande número de escravos presentes nas unidades rurais escravistas brasileiras. De acordo com o historiador supracitado, as publicações que trataram sobre o plantio e beneficiamento do café até 1835 constituíam apenas traduções ou tratados sobre experiências realizadas no Caribe. A partir de 1836, com a obra do padre Aguiar, inaugurou-se um período em que alguns autores escreveram manuais agrícolas que contemplavam a cafeicultura tendo por base suas experiências no Vale do Paraíba.⁸⁴

O padre Aguiar viveu nos municípios de Valença e Vassouras, tendo permanecido cerca de cinco anos em uma fazenda produtora de café em Vassouras. Logo no início de seu manual, é possível observar o propósito do padre Aguiar com o seu texto. Segundo ele,⁸⁵

não sou lavrador, não tenho cafezais, mas, tendo vivido cerca de cinco anos em uma fazenda desta Província, cuja cultura é a do café, posso presumir-me em estado de por ventura avançar algumas idéias sobre sua cultura, descrevendo os processos que se usam, até ele poder ser exportado para o comércio

Esse manual, intitulado *Pequena Memória sobre a Plantação, Cultura e Colheita do café*, foi o primeiro trabalho que tratava do plantio e beneficiamento do café baseado na experiência acumulada por um autor no Vale do Paraíba e tinha o objetivo de registrar as condições nas quais o café era produzido nas fazendas de café do Vale.⁸⁶

Oito anos depois da publicação da obra do padre Aguiar, Agostinho Rodrigues Cunha escreve, em 1844, o livro *Arte da Cultura e Preparação do Café*. Nesse manual, Cunha reúne o conhecimento agrônômico que adquiriu entre as décadas de 1820 e 1840 no Vale do Paraíba. O autor elabora um conjunto de sugestões referentes à cultura do café tendo em vista dois objetivos principais: economizar tempo e trabalho no

do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁸⁴ AGUIAR, J. J. F. de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 5

⁸⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. p. 167.

processo de produção do café e melhorar a qualidade do produto final para que este aumentasse sua capacidade de competir no mercado internacional, aumentando seu preço. Logo na introdução, Cunha esclarece um dos objetivos de seu livro, ressaltando a má qualidade do café brasileiro:⁸⁷

Como o café do Brasil é classificado nos mercados estrangeiros como mais inferior por não ter aquele aroma, que possui o café de Moka, o que é devido ao defeito dos processos, por que passa, julguei pois prestar ao meu país um serviço, que seria tanto mais apreciado quanto maiores fossem os resultados...

Quando Cunha escreveu o seu manual, o Brasil era, indiscutivelmente, o maior produtor de café mundial. Este autor escreve então uma série de recomendações para que o país continuasse nessa posição em um momento de grande pressão inglesa para o fim da escravidão, o que provavelmente aumentaria os custos de produção do produto em terras brasileiras. Dessa forma, a maximização da produção e a redução do dispêndio de mão-de-obra foram os objetos centrais da obra de Cunha.

Ao analisar as idéias sobre administração das propriedades rurais escravistas, o historiador Rafael Marquese aponta que é possível perceber com clareza, na obra de Cunha, a aplicação do discurso da Economia Política. Dessa forma, a obra de Cunha se insere, segundo Marquese, em campo conceitual que se preocupava basicamente em maximizar os rendimentos das unidades produtivas escravistas coloniais. Essa forma de pensar a gestão da unidade produtiva rural começou a se formar em fins do século XVIII e início do XIX, nos escritos de autores ilustrados luso-brasileiros. Entretanto, a obra de Cunha inova ao utilizar as ferramentas conceituais da Economia Política tendo como contexto o Estado Nacional recém-instituído.⁸⁸

O último manual selecionado foi o de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, escrito em 1847. Conforme trabalhado no segundo capítulo, o barão, grande fazendeiro do Vale, escreve um manual com recomendações a seu filho sobre inúmeros elementos acerca da vida e ofício de um fazendeiro do Vale. É importante destacar, dessa forma, que o cultivo de café e as técnicas utilizadas aparecem apenas de forma subsidiária no

⁸⁷ CUNHA, Agostinho Rodrigues. *Arte da cultura e preparação do café*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1844. p. i

⁸⁸ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. p. 156-7

livro de Werneck, que tinha o objetivo mais amplo de dar recomendações referentes a diversos processos de estruturação de uma fazenda cafeeira.

Ressalta-se que os três letrados citados acima – o padre Aguiar, o técnico Cunha e o fazendeiro Werneck – possuíam ofícios distintos naquela sociedade, o que enriquece o debate e as percepções tratadas nas fontes analisadas, tanto no que se refere às descrições das técnicas utilizadas quanto sugestões e críticas acerca das práticas adotadas.

No que se refere à economia cafeeira, Dean aponta que, assim como o século XVIII tinha sido para a América portuguesa o século do ouro, produto na qual se baseou quase exclusivamente sua economia, o século XIX seria o século do café. Entretanto, para a Mata Atlântica, o café seria uma ameaça maior do que todas as outras que já tinham ocorrido desde a chegada dos portugueses à América.⁸⁹

Serão analisadas a seguir as técnicas de cultivo e beneficiamento do café mais amplamente utilizadas no Vale do Paraíba. Serão citadas, ainda, algumas técnicas que, apesar de não terem sido predominantes, foram citadas por registros da época ou por estudos posteriores.

3.1 Técnicas utilizadas

3.1.1 Técnicas de cultivo

A terminologia técnicas de cultivo será utilizada no presente trabalho para definir as etapas de produção do café que vão desde a escolha das matas até a etapa de colheita do produto. Assim, envolve especificamente as etapas de escolha e derrubada das matas, queimada, plantio e colheita. Depois de colhido, o café ainda precisa passar por alguns processos para que seja comercializado. Começa, então, o processo de beneficiamento do produto, que será tratado mais adiante.

⁸⁹ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras: 1996. p. 193

3.1.1.1 A preferência por matas virgens e a escolha do terreno

Segundo os escritos do padre Aguiar, a experiência local determinava que os solos mais adequados para o plantio do café estavam situados nos morros de meia-laranja, cobertos de mata virgem e voltados para o poente.

Warren Dean acrescenta, ainda, que no início do processo de plantio de café no Vale do Paraíba o capital e o trabalho eram escassos demais para que os pioneiros pudessem pensar em gastar energias em solos menos férteis. Desse modo, a partir da constatação de que os solos oriundos da derrubada de matas virgens eram adequadamente férteis para o plantio do café, constituiu-se uma prática de derrubada das matas e plantio do café que perduraria durante toda a vida útil do cultivo dessa planta no Vale do Paraíba fluminense.

Sobre a opção dos fazendeiros pelas matas virgens, o viajante Johann Jakob von Tschudi relatou que⁹⁰

O cafeeiro esgota em tal grau a terra, que não costumam utilizá-la quando os arbustos envelhecidos nela não produzem mais. Os fazendeiros me asseguravam que seria trabalho completamente inútil tirar as plantas velhas, a fim de aproveitar o terreno para outras culturas. [...] Uma capoeira onde já existiu um cafezal, não se usa mais para o mesmo fim, pois a terra já cansada não dá tão bons resultados como o terreno virgem...

Tschudi relata, portanto, um argumento empírico presente entre os fazendeiros do Vale. Segundo eles, as terras que antes tinham recebido os pés de café se tornavam empobrecidas e deveriam ser abandonadas.

Além disso, Lamego aponta ainda a existência de uma idéia presente entre os cafeicultores durante as primeiras décadas de produção cafeeira: a noção de que as matas cobertas por floresta eram infinitas. De acordo com Lamego, o avanço do café foi a

⁹⁰ TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. [1860]. p. 39

audaciosa escalada da serra e a visão dos matagais sem fim, a se expandirem para intermináveis amplidões, satura-o de expansão, liberta-o de restrições visuais, inconscientemente alforriando-o da pressão dos imperativos telúricos, dando-lhe ânsia de espaços infinitos

Dessa maneira, a idéia presente de que as matas eram infinitas e a constatação empírica da escassez dos solos após a vida útil dos cafezais constituiu dois elementos que guiaram a cultura itinerante do café, caminhando em busca de novas terras e deixando para trás solos cansados e improdutivos.

Além dos argumentos expostos acima, o fazendeiro Luiz Corrêa de Azevedo aponta, já na fase de decadência da produção, no final da década de 1850, uma outra percepção que guiou a escolha pelas matas virgens ao longo de todo o século XIX. Segundo ele,⁹¹

A proporção que terrenos descortinados e plantados se iam esgotando ou provando serem seccas as terras, administradores e fazendeiros, que só miravam o materialíssimo lucro do momento, iam sem dó nem consciência derrubando novas matas em demanda de terras novas. A única razão que davam era: - que as terras eram de sua propriedade, e que podiam dellas dispôr a seu prazer

A noção da propriedade privada da terra era, portanto, mais um fator que motivava a derrubada das matas virgens. Seriam, portanto, não dois, mas três elementos que guiavam a derrubada e queimada da floresta. Em primeiro lugar, a utilização das técnicas de cultivo praticadas no Vale impedia o novo plantio na mesma área após o período de vida útil dos primeiros cafezais, o que ocorria normalmente em vinte anos. Em segundo lugar, predominava, como apontou Lamego, a idéia de que as florestas eram infinitas e, portanto, o sistema de derrubada e queimada poderia acontecer infinitamente. Por último, a noção de propriedade privada dos fazendeiros e a conseqüente percepção da floresta como uma propriedade privada impediam a mudança daquela prática de cultivo.

A escolha do terreno e da área que seria derrubada para a plantação do café se dava empiricamente. Alguns fazendeiros chegaram a apontar estratégias de escolhas dos terrenos. Werneck recomendava que as encostas dos morros fossem observadas durante a primavera, para que fossem analisadas as flores de algumas árvores

⁹¹ AZEVEDO, Luiz Corrêa de. Da cultura do café. In: WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847]. 187 p.

específicas. Dessa maneira, se o agricultor encontrasse, na encosta, algumas espécies descritas em seu manual, provavelmente a terra seria de primeira qualidade.⁹²

Outra prática adotada na escolha dos terrenos era a observação da camada de húmus do solo. Werneck aponta que uma quantidade grande de húmus era sinal de que os cafezais cresceriam com mais abundância e, portanto, essas áreas deveriam ser privilegiadas pelo agricultor.⁹³

Valverde destaca que não se plantava café nos solos pesados e úmidos das várzeas, nem nos solos pobres dos tabuleiros sedimentares das bacias de Resende, mas normalmente subiam os cafezais as vertentes dos morros cristalinos.⁹⁴

3.1.1.2 A derrubada da mata

É possível afirmar que a técnica mais utilizada na fase de preparação do plantio – e talvez a única – tenha sido a derrubada e a conseqüente queimada das matas. Não existiu, assim, no período analisado, alguma preocupação com rotação de culturas ou preparo de solos para receber um novo ciclo de cafezais. Sobre a origem das técnicas de derrubada e queimada, Dean destaca que:⁹⁵

Aparentemente, os primeiros fazendeiros tinham pouca noção de como se plantava o café em outros lugares e simplesmente aplicavam técnicas tradicionais de derrubada e queimada em uma escala maior e ainda mais drástica... Por certo, a derrubada e a queimada eram a maneira mais barata de iniciar a produção e isso talvez bastasse para justificá-las.

⁹² WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847]. p. 29

⁹³ *Ibidem*, p. 29

⁹⁴ VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, p. 46, jan/mar., 1967.

⁹⁵ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras: 1996. p. 197

Fragoso aponta que o sistema de cultivo do café e da cultura de gêneros alimentícios seguiu os preceitos da agricultura indígena praticada na América. Segundo ele:⁹⁶

... podemos inferir que o sistema de cultivo da agricultura de alimentos que dominou o Brasil e particularmente no Rio de Janeiro, durante o século XIX, está mais próximo do indígena com a sua agricultura itinerante de coivara, do que propriamente do europeu. Da agricultura indígena não apenas se herdaram métodos como a queimada e instrumentos de trabalho como a cavadeira ou bastão de plantar, mas também os elementos da dieta alimentar, como o milho, o feijão e a mandioca

A derrubada das matas ocorria através de uma técnica específica no Vale, conhecida como “picarias”. Pode-se, a partir da análise dessa forma de derrubada, imaginar a velocidade de desflorestamento implementada por essa prática.⁹⁷ Nesse procedimento, um grupo de lenhadores subia o morro escolhido realizando cortes nas árvores sem derrubá-las, com o objetivo de deixá-las muito próximas de tombar. Posteriormente, o lenhador mais experiente chegava ao topo do morro e escolhia a maior árvore daquela área, cortando-a até o fim. Ao cair, a gigantesca árvore situada no topo do morro derrubava, em um processo de segundos, todas as árvores abaixo de si. Caso o procedimento não funcionasse como esperado e a grande árvore derrubasse apenas algumas abaixo de si, caberia aos lenhadores descer o morro e cortar até o fim as árvores restantes, o que aumentava significativamente o tempo de trabalho. Dean chega a apontar que os homens responsáveis por esse ofício conseguiam ganhar até o dobro de um trabalhador livre normal e chegavam, inclusive, a gozar de um certo prestígio social.⁹⁸ Destaca-se ainda que o instrumental de trabalho mais utilizado não só para a derrubada das matas, mas também para a limpeza do terreno e plantio das mudas era composto basicamente por enxadas, foices, machados e cavadeiras.⁹⁹

O desenho aquarelado elaborado por Rugendas em 1825 demonstra o processo de derrubada das matas praticado no Vale do Paraíba:

⁹⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1983. p. 24

⁹⁷ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras: 1996. p. 197

⁹⁸ *Ibidem*, p. 198

⁹⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1983. p. 22



Aquarela 2 - Derrubada da mata

Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. Derrubada de uma floresta. 1825.

Dean aponta que a partir das décadas de crescimento da produção, a partir de 1820, o Vale se tornou uma “colcha de retalhos de cafezais e floresta primária”.¹⁰⁰ Entretanto, conforme o processo de derrubada das matas foi se intensificando com o decorrer das décadas, as matas virgens passaram a ser muito valorizadas pelos fazendeiros, que chegavam a medir o preço de uma fazenda pela quantidade de terras virgens disponíveis. A quantidade de pés de café existentes nas fazendas tinha, em algumas negociações, menos importância do que as matas que possibilitariam o abrigo de uma nova produção.

Após o processo de derrubada, parte das madeiras era usada na fazenda em construções, confecções de cercas e na elaboração de carvão, dentre outros usos. O restante era queimado para preparar o terreno para o plantio do café.

¹⁰⁰ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 202

3.1.1.3 Queimada

O procedimento de queimada das matas era normalmente realizado nos meses de seca no Vale, entre Junho e Agosto. Nesse período, a concentração de incêndios era tão grande que as cidades chegavam a ficar com uma névoa cinzenta durante dias ou semanas, até a chuva seguinte.¹⁰¹

Naquele período, começaram a surgir críticas acerca do desperdício de madeiras de lei, uma vez que muitos agricultores não tinham a preocupação de selecionar árvores específicas que poderiam ter grande valia, fato que foi criticado pelo próprio Barão de Pati e citado por Lamego.¹⁰²

As mais preciosas madeiras de lei incineravam-se em queimadas formidáveis que tudo consumia. Jamais o mundo vira um desperdício tão completo de uma flora valiosa devorada em turbilhões de fumo e chamas. Numa destruição total o homem a dissipava no delírio de estender seus cafezais...

Segundo o próprio Barão do Pati, era uma incoerência a atitude dos fazendeiros que deixavam que madeiras nobres e de valor econômico fossem consumidas pelo fogo que preparava o plantio dos cafezais.

3.1.1.4 - Plantio

Após a derrubada e queimada da mata, eram plantados os pés de café. Nos primeiros anos, no espaço existente entre os cafeeiros, eram plantados gêneros alimentícios que seriam consumidos na fazenda, como milho, feijão e mandioca.¹⁰³

Segundo Aguiar, o café era uma planta que não exigia muitos cuidados. Entretanto, deveria ser capinado três vezes por ano para que fossem retirados cipós,

¹⁰¹ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras: 1996. p. 200

¹⁰² LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. p. 92.

¹⁰³ AGUIAR, J. J. F. de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836. p. 15-6.

tretapeiras e galhos com parasitas. Os pés de café deveriam, ainda, ser cortados a uma certa altura para que não crescessem muito e dificultassem a colheita. Segundo ele,¹⁰⁴

quase todos os fazendeiros estão de acordo sobre a conveniência de se decotarem os cafezeiros, de modo que não passem 9 ou 10 palmos de altura e ramifique lateralmente, enchendo-se de frutos e facilitando a colheita, evitando-se que ramos mais altos sejam quebrados ao serem puxados para a colheita

A partir do relato de Aguiar é possível observar o ritmo de avanço das plantações de café. Segundo ele, o lavrador deve plantar anualmente dez por cento do número de pés de café que possui apenas para repor as perdas que ocorrem naturalmente com a morte de árvores (como a perda ocorrida com tempestades, pragas e outros tipos de elementos que fugiam ao controle dos fazendeiros e seus escravos).

O pé de café plantado levava cerca de três anos para começar a produzir frutos. A partir do terceiro ano, continuava a produzir café anualmente por um período de cerca de 20 anos no Vale do Paraíba. Esse período de produção – de cerca de 20 anos – era considerado baixo inclusive para a época e estava associada à perda de fertilidade dos solos provocada pelas técnicas implementadas no plantio.

A técnica de plantio dos pés de café amplamente utilizada no Vale no período analisado aponta que os cafezais eram plantados seguindo a linha de maior declive, em linhas perpendiculares às bases dos morros. Entretanto, a alta declividade dos terrenos fazia com que o processo de empobrecimento do solo fosse muito acelerado. Valverde cita que existem relatos de ladeiras em que o café era plantado em uma inclinação que poderia chegar a 60°. Apesar de desconfiar de tais números, Valverde chegou a observar, em sua época, o plantio de café em uma inclinação de 30° e apontou que esta já seria extremamente prejudicial à manutenção dos nutrientes do solo.¹⁰⁵

Cunha chega a citar outra técnica que teria sido utilizada brevemente nos primeiros anos de plantação no Vale:¹⁰⁶

o modo de plantar os cafezeiros sem ordem, nem simetria, foi rejeitado pela dificuldade nas capinas, e nas colheitas: sucedeu então o sistema de plantar em linhas, que vinham

¹⁰⁴ AGUIAR, J. J. F. de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836. p. 9

¹⁰⁵ VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, p. 65, jan/mar., 1967.

¹⁰⁶ CUNHA, Augustinho Rodrigues. *Arte da cultura e preparação do café*. Rio de Janeiro, 1844. p. 29

morrer nas fraldas das montanhas: ambos estes modos de plantação tinha cada um seu defeito: o primeiro tornava mais penoso o trabalho da capina e colheita; o segundo deixava as raízes das plantas expostas ao ar, e ao sol, e muitas vezes se formavam regos devidos às chuvas.

Cunha analisa e critica, portanto, duas técnicas que teriam sido utilizadas no início da plantação. A primeira delas consistia em plantar os pés de café sem ordem, nem simetria. Essa técnica, conforme o próprio letrado destaca, é mais benéfica para a manutenção da qualidade do solo. Entretanto, os processos de colheita e manutenção das plantas se tornavam, com a adoção dessa técnica, muito mais trabalhosos, devido à dificuldade de controle da mão de obra escrava. Esse procedimento de cultivo foi logo abandonado pelos grandes fazendeiros, que passaram a adotar a segunda técnica de cultivo descrita e criticada por Cunha. A fotografia a seguir demonstra a utilização do plantio do café em linhas perpendiculares à base dos morros, técnica que predominou no Vale fluminense durante o período em análise. Esta técnica possui, como principal benefício, a característica de aumentar a produtividade da mão de obra escrava, facilitando a vigilância e o controle sobre os cativos.



Fotografia 4 – Pés de café e escravos

Fonte: Marc Ferrez. Colheita de café. Data não identificada. Coleção Gilberto Ferrez. IMS – Instituto Moreira Sales.

Com base na técnica demonstrada pela fotografia acima, normalmente cada escravo ficava responsável por uma fileira ou uma quantidade específica de pés de café. Um ou mais capatazes eram responsáveis por ficar no topo dos morros e vigiar os escravos através da observação da parte superior da encosta. Percebe-se, dessa maneira, como essa técnica facilitava o controle da mão de obra escrava, uma vez que, situado no topo do morro, cabia ao capataz visualizar e fiscalizar o trabalho realizado nas fileiras de café.

É possível observar ainda, na figura acima, a grande inclinação do morro em que o café estava plantado. Os morros com inclinação acentuada, quando associados ao

plântio em linhas perpendiculares às bases dos morros, conforme se observa na figura, aceleravam o processo de degradação dos solos e diminuíaam a vida útil do cafezal.

Destaca-se, dessa maneira, a crítica elaborada por Cunha em 1844 a respeito da intensa degradação dos solos de que resultava a adoção daqueles procedimentos de plântio.

A partir da análise das técnicas citadas acima, percebe-se que as mesmas são fruto da integração entre elementos naturais e sociais, conforme apontam os pressupostos teóricos adotados pela história ambiental. Ao plantar os cafezais da forma representada na imagem – e que foi a maneira amplamente aplicada durante o período analisado – o aspecto humano ou social foi privilegiado, uma vez que o controle dos escravos e o aumento da quantidade de produção foram dois elementos que guiaram as ações dos fazendeiros na escolha da forma de plântio.

Além de criticar as formas de plântio observadas, Cunha propõe ainda a utilização de uma terceira técnica:¹⁰⁷

Não convindo pois seguir estes dois sistemas de plantação, o que parece mais natural, consiste em fazer as linhas inclinadas, ou paralelas à base dos morros, em lugar de serem perpendiculares. Esta disposição oferece a vantagem de não deixar escoar por o declive dos morros os sais, que as águas da chuva dissolvem, formados por a putrefação de certos indivíduos, que se acham nas partes mais altas; e como não encontrem os troncos dos cafeseiros, ...

Cunha propõe então que fossem feitas linhas paralelas às bases dos morros, utilizando a técnica de plântio em curvas de nível. Essa proposta dificultaria o escoamento dos nutrientes do solo durante as chuvas e manteria o solo adequado ao plântio por um período mais longo, aumentando o tempo de vida útil dos cafezais.

Apesar dos benefícios apontados por Cunha em relação à técnica proposta – de plântio em curvas de nível – é possível afirmar que tal técnica não tenha sido utilizada no Vale do Paraíba fluminense durante o recorte temporal em análise. Dessa maneira, a necessidade de controle da mão de obra escrava acabou por guiar o procedimento de plântio dos pés de café.

¹⁰⁷ CUNHA, Augustinho Rodrigues. *Arte da cultura e preparação do café*. Rio de Janeiro, 1844. p. 29

3.1.1.5 Colheita

Tanto os relatos da época como a historiografia concordam que a colheita era a parte do processo de produção do café que exigia a maior quantidade de trabalho. Valverde chega a apontar que a colheita sempre foi um problema no Brasil. Esse trabalho chegava a utilizar todos os empregados disponíveis em uma fazenda, em longas e extenuantes jornadas de trabalho.¹⁰⁸

No Vale do Paraíba, a colheita era realizada através da técnica conhecida como “derrixa”, em que o escravo deveria segurar com uma mão a base do ramo de café e deslizar a outra mão pelo galho, procurando segurar o maior número possível de sementes na palma da mão.¹⁰⁹

Essa foi uma das técnicas utilizadas no Vale que foram responsáveis pela baixa qualidade do café produzido no Brasil, uma vez que, com esse procedimento, eram colhidos grãos maduros – chamados de cerejas – e grãos ainda verdes, o que fazia com que o café colhido fosse muito heterogêneo. Tal heterogeneidade de madureza dos grãos fazia com que o café resultasse em um gosto amargo e pouco apreciado no cenário internacional.¹¹⁰

Para recolher os grãos que caíam no chão, era utilizada uma vassoura feita de ramos secos para varrer a terra onde os grãos caídos se encontravam. Nesse processo, junto com os grãos de café, eram carregadas para os cestos uma grande quantidade de impurezas, como ramos, folhas, pedras e outras.¹¹¹

A forma de organização do trabalho escravo durante a colheita ocorria basicamente através do cumprimento de metas pré-determinadas pelos capatazes. Normalmente cabia ao escravo colher três alqueires de terra, rigorosamente supervisionado pelo feitor para que cumprisse o objetivo determinado.¹¹²

¹⁰⁸ VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, p. 65, jan/mar 1967.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 65

¹¹⁰ Ibidem, p. 65

¹¹¹ Ibidem, p. 65

¹¹² MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. p. 169-70

A diferença básica que poderia ocorrer nessa forma de organização do trabalho escravo se dava na recompensa ou na punição dada ao escravo em relação ao trabalho realizado. Se nas primeiras décadas de desenvolvimento no café no Vale prevalecia o sistema de punições a agressões físicas aos escravos, já na década de 40 os fazendeiros começam a concordar que o sistema de recompensas era mais produtivo. Assim, o trabalho que superasse as metas era recompensado com ou uma quantia em dinheiro ou um tempo livre para descanso.

A tabela 2 sistematiza as técnicas de cultivo mais amplamente utilizadas no Vale. Para a elaboração da tabela a seguir, foram utilizados dados dos três manuais agrícolas supracitados e da historiografia, conforme apontam as notas de rodapé. Através das técnicas efetivamente utilizadas será possível estabelecer um panorama das mudanças espaciais ocorridas no Vale do Paraíba naquele período e entender o conjunto de fatores que contribuíram para as transformações daquele ambiente natural.

Tabela 2 – Técnicas de plantio de café utilizadas no Vale do rio Paraíba do Sul

Técnica	Descrição	Comentários
Preparação do terreno para o plantio do café	Werneck aconselhava que se observasse as encostas na primavera e o café fosse plantado onde existisse algumas árvores como o jacarandatã – árvore mesial assim como o café. A mata era então derrubada e queimada e o café plantado nas encostas. ¹¹³	Os conselhos dados pelos autores dos manuais tinham origem, geralmente, na experiência empírica dos agricultores. A espessura da camada de húmus era observada com atenção, e Werneck recomendava que o café fosse plantado em áreas onde essa camada tivesse cerca de “quatro palmas” – o equivalente a 88cm. ¹¹⁴
Derrubada das matas – “picarias”	A partir da base da montanha, lenhadores	Esse trabalho valia o dobro do dia de trabalho

¹¹³ WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro* Brasília: Senado Federal, 1985 [1847]. P. 59

¹¹⁴ WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847]. P. 59 p. 59

	<p>itinerantes talhavam o tronco de cada árvore até que a queda fosse iminente. Ao chegar no topo da montanha, tendo as árvores talhadas abaixo de si, um lenhador experiente decidia qual árvore mestra, a gigante que seria cortada até o fim, derrubando todas as outras árvores da encosta.¹¹⁵</p>	<p>comum e fazia com que esses trabalhadores libertos gozassem de um certo grau de respeito e prestígio naquela sociedade.¹¹⁶</p>
Queimada	<p>Os lenhadores se dividiam em dois grupos no alto da clareira e cada grupo descia uma das orlas da encosta, colocando fogo por onde passavam, encontrando-se por fim na base da clareira.¹¹⁷</p>	<p>As queimadas não eram realizadas por escravos porque, se não estivessem muito atentos, senhores e capatazes poderiam ser aprisionados pelo incêndio. Alguns dos troncos derrubados eram utilizados para a confecção de carvão ou em estradas.¹¹⁸</p>
Plantio de café	<p>O café era plantado em linhas perpendiculares às bases dos morros, técnica que facilitava o controle dos escravos.¹¹⁹</p>	<p>Essa técnica de plantio fazia com que a chuva abrisse sulcos entre as fileiras de café e carregasse húmus e a camada superficial do solo. Dean destaca que não eram difundidas práticas que evitassem a erosão dos solos.¹²⁰</p>
Ritmo de plantio	<p>Werneck recomenda que no primeiro ano seja realizado o plantio do</p>	<p>As duas recomendações podem complementar-se. Conforme está sendo</p>

¹¹⁵ DEAN, Warren. A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 197-8

¹¹⁶ Ibidem, p. 198

¹¹⁷ Ibidem, p. 198

¹¹⁸ Ibidem, p. 198

¹¹⁹ Ibidem, p. 200

¹²⁰ DEAN, Warren. A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 201

	café em larga escala e nos anos seguintes o fazendeiro deve plantar de acordo com suas possibilidades. ¹²¹ Aguiar recomenda que o fazendeiro plante a cada ano dez por cento dos pés de café que possui. ¹²²	debatido, as duas sugestões estavam ligadas ao que era praticado pelos fazendeiros naquela época.
Produtividade	A densidade normal de plantio do café variava entre 800 e 900 plantas por hectare. ¹²³	Atualmente são plantadas cerca de 3 a 5 mil árvores de café por hectare. ^{124 *}
Vida útil da planta	De acordo com as técnicas que eram utilizadas no Vale, um pé de café começava a decair sua produção após 20 anos. ¹²⁵	Atualmente um pé de café chega a atingir a idade de 30 a 35 anos ainda em produção. ^{126 *}
Colheita do café	A colheita foi descrita de diversas maneiras nos manuais pesquisados. Entretanto, a que parece ter sido predominante foi aquela em que cada escravo era responsável pela colheita de uma fileira de café, devendo retirar os frutos existentes nos pés. ¹²⁷	Esse processo facilitava ainda o controle dos escravos, uma vez que o capataz poderia verificar facilmente o ritmo de trabalho durante o dia.

¹²¹ WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847]. p. 30

¹²² AGUIAR, J. J. F. de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836. p. 11

¹²³ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 201

¹²⁴ Ibidem, p. 201

¹²⁵ Ibidem, p. 201

¹²⁶ Ibidem, p. 196

* Evitando o anacronismo, a comparação com as técnicas atuais serve apenas para que possamos melhor compreender as características técnicas utilizadas no Vale. Naquele mesmo período já eram utilizadas outras técnicas, como no Caribe, que conseguiam uma melhor produtividade e um aumento da vida útil da planta. Marquese cita em seu livro algumas técnicas utilizadas no Caribe: MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. p. 157-67

¹²⁷ AGUIAR, J. J. F. de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836. p. 15

Analisando as técnicas de cultivo em seu conjunto, é possível afirmar que as terras virgens e a mão de obra representavam os dois principais fatores que condicionavam a lógica de produção do café no Vale. Nesse sentido, as técnicas e os instrumentos de trabalho eram pouco incrementados. Fragoso destaca que¹²⁸

a baixa densidade demográfica, a disponibilidade de matas virgens, permitiria a configuração de uma agricultura fundada em um sistema de exploração do solo extensivo, em que os principais fatores de produção consistiram na mão de obra e terra, ficando em segundo plano as técnicas e instrumentos de trabalho

Destacam-se, portanto, dois pontos. Em primeiro lugar, a idéia de que as técnicas e as ferramentas utilizadas no cultivo não sofreram grandes investimentos e transformações durante o século XIX. Ressalta-se, ainda, que as técnicas de cultivo foram as principais responsáveis pelo processo de interação entre sociedade e ambiente natural naquele período. A grande velocidade de derrubada das matas e a cultura itinerante, guiadas por um conjunto de ideais supracitados – como de infinitude das matas, por exemplo – fizeram com que as marcas deixadas pelo homem no ambiente natural pudessem ser vistas muitas décadas depois. Além do mais, as transformações ocorridas no Vale com a utilização de tais técnicas ocorreram em um período muito curto de tempo – cerca de 80 anos. Conforme será demonstrado no final do presente capítulo, existiu, já na década de 60 do século XIX, a percepção de insustentabilidade daquele sistema de produção, que já começava a apresentar sinais claros de desgaste.

3.1.2 Técnicas de beneficiamento

Ao inaugurar a descrição das técnicas de cultivo e beneficiamento do café utilizados no Vale do Paraíba, Aguiar registrou um pensamento corrente entre os fazendeiros daquele momento: “é fora de toda a dúvida que do bom ou mau tratamento do café, desde que é colhido até ser ensacado para o mercado, é que depende sua boa

¹²⁸FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1983. p. 16

ou má qualidade...”.¹²⁹ O padre aponta, dessa forma, que a qualidade do café dependia predominantemente das técnicas de beneficiamento, ou seja, desde que o café era colhido até o momento em que era ensacado para a exportação. De acordo com a classificação de Aguiar, a colheita fazia parte do processo de beneficiamento do produto, diferentemente da classificação adotada na presente pesquisa. Entretanto, o importante a ser destacado é que, de acordo com o padre Aguiar, a seleção dos grãos no momento da colheita era o elemento central da qualidade do café. O padre chega a dizer que dependia apenas das técnicas de beneficiamento a diferença entre um café de alta ou baixa qualidade, apontando ainda que um dos pontos centrais para que se produzisse um café de boa qualidade era o fato do produto colhido estar “em perfeito estado de madureza”.¹³⁰ O café que era colhido verde, antes de estar completamente maduro, acabava por possuir um gosto amargo.

Serão analisadas a seguir, em linhas gerais, as principais técnicas de beneficiamento adotadas no Vale do Paraíba fluminense no período analisado.

Em termos gerais, a parte do beneficiamento do café foi favorecida pelo tipo de clima do Vale do Paraíba e se apresentou como uma das vantagens competitivas que o Vale apresentava em relação a outras áreas de cultivo no mundo. Como o clima nessa região possuía um período de seca de cerca de três a quatro meses, entre maio e agosto, permitia que o café fosse secado em terreiros ao ar livre. Caso esse método não fosse possível, o café deveria ser secado em fornos a lenha, em um processo mais difícil e caro que o praticado no Vale.¹³¹

3.1.2.1 Secagem dos frutos

Nas primeiras décadas do século XIX, o café colhido era colocado para secar durante semanas ou meses em terreiros de barro, até que os invólucros que envolvem

¹²⁹ AGUIAR, J. J. F. de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836.p. 13

¹³⁰ Ibidem, p. 13.

¹³¹ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 195

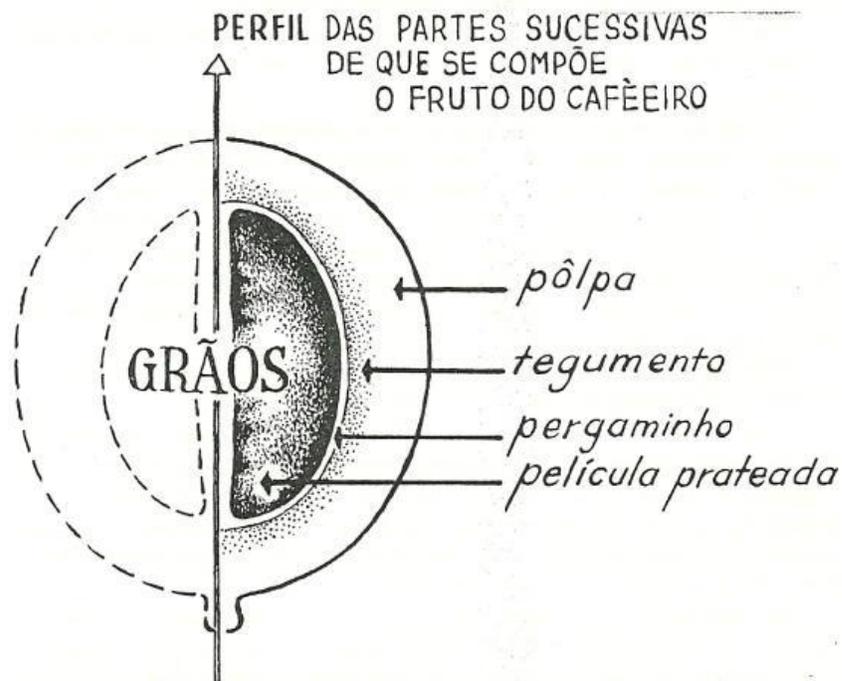
o fruto começassem a ficar quebradiços. Ao longo das décadas seguintes, os terreiros começaram a ser revestidos de tijolos, pois facilitava o processo de limpeza, poupando mão de obra.

3.1.2.2 Retirada dos invólucros

Depois da secagem completa dos grãos, quando estes já estavam quebradiços, eram retirados os invólucros que envolvem o fruto. Na figura a seguir, elaborada por Valverde, é possível perceber as camadas que envolvem o grão e que são retiradas no processo de beneficiamento.

Para a retirada dos invólucros, o café era descascado em pilões de madeira, que algumas vezes possuíam ventiladores movidos à água que ajudava a retirar as impurezas. Entre os fazendeiros mais ricos, era comum a presença de pilões movidos à água, que poupavam a força de trabalho escravo. Entretanto, a maioria dos fazendeiros utilizava pilões movidos através do braço escravo.¹³²

¹³² MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. p. 167-8



Desenho 1: Camadas que envolvem o grão de café

Fonte: VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 29(1) jan/mar 1967. p. 66

Depois de descascado, o fruto era selecionado por graus de madureza e ensacado. Esta etapa, normalmente menos desgastante, era realizada por escravas ou crianças.

3.1.2.3 Utilização de máquinas

De maneira geral, as máquinas de beneficiamento começaram a surgir por volta da metade do século XIX. Eram normalmente muito caras e estavam acessíveis somente aos grandes fazendeiros. Ao analisar um inventário na região de Paraíba do Sul, Fragoso aponta que um fazendeiro comprou um despoldador de café pela quantia de 3:000\$000, o que representava um valor razoável para época, uma vez que seu escravo mais caro, (homem, com a idade de 18 anos), fora avaliado no inventário em

2:400\$000. Esse fazendeiro possuía ainda uma máquina americana e ventiladores, que, juntos, custaram 10:000\$000, ou seja, mais ou menos quatro escravos como o acima citado. Fragoso ressalta ainda que, nesse período, o preço do escravo era alto, o que demonstra o investimento feito pelos fazendeiros nas máquinas de beneficiamento de café.¹³³

Nesse cenário de alto custo das máquinas, a historiadora Emília Viotti da Costa relativiza a larga utilização das mesmas no Vale do Paraíba fluminense, mesmo após a metade do século XIX. Segundo ela,¹³⁴

Quando as primeiras plantações de café tinham surgido no Vale do Paraíba, todas as etapas da produção eram exclusivamente manuais. Mais tarde, nos meados do século, quando as máquinas começaram a aparecer com mais frequência, além de difíceis de se obterem, eram dispendiosas e nem sempre davam o rendimento almejado...

Além de caras e nem sempre rentáveis, a historiadora aponta outras justificativas para a pouca utilização das máquinas no Vale do Paraíba fluminense:¹³⁵

O emprego de máquinas demandava não só investimento de capital, como era pouco compatível com o trabalho escravo. Exigia trabalhadores com certa qualificação, capazes de manobrá-las e conservá-las. O escravo, pela sua própria condição, não tinha interesse algum no trabalho. Faltava-lhe a liberdade de ação, faltava-lhe também a responsabilidade: qualidades necessárias para se lidar com máquinas dispendiosas que, avariadas, exigiam técnicos para o reparo.

Ao analisar o trabalho escravo e sua conjuntura nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e especificamente o caso da província de São Paulo, Costa demonstra de que maneira a relação entre trabalho escravo e implementos técnicos pode ter sido difícil no Vale fluminense.¹³⁶

Destaca-se a racionalidade que guiou o incremento das técnicas de beneficiamento ao longo do século XIX, ao menos por parte dos fazendeiros que podiam arcar com tais melhorias. Tais mudanças estavam ligadas ao encarecimento da mão de obra escrava que passou a ocorrer principalmente a partir da promulgação da lei Eusébio de Queiroz, em 1850. Como a reposição através da compra de novos

¹³³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1983. p. 117

¹³⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.p. 230-1

¹³⁵ *ibidem*, p. 231

¹³⁶ Sobre os detalhes acerca dos implementos técnicos utilizados no Oeste paulista, ver COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 230-232

escravos se mostrava muito cara, compensava investir em novas máquinas que pudessem poupar a mão de obra cativa nas etapas de beneficiamento e concentrá-la em áreas mais carentes, como o plantio e a colheita.

Nesse sentido, é possível afirmar que o implemento de melhorias técnicas no beneficiamento do café, como a compra de novas máquinas, respondeu a uma pressão ocasionada pelo aumento do preço da mão de obra cativa. Destaca-se, entretanto, que os implementos técnicos utilizados no beneficiamento do café nunca foram uma preocupação central dos fazendeiros do Vale fluminense. Essa falta de interesse por máquinas e implementos técnicos, além de ser entendido pelo alto preço das máquinas, deve também ser compreendido pela lógica que guiou o processo de produção do produto como um todo, desde a etapa de cultivo.

Conforme é possível observar pelos escritos de Werneck e pela historiografia, a qualidade do café produzido no Brasil não era uma preocupação central dos fazendeiros do Vale do Paraíba, com algumas raras exceções que serão vistas mais adiante. Werneck aponta que a construção de terreiros ladrilhados e o emprego de estufas melhoravam a qualidade final do café produzido. Entretanto, como a variação de preço entre o café de alta e o de baixa qualidade não era tão significativa, o fazendeiro recomendava que o produto fosse secado em um terreiro de terra batida, muito mais barato do que o investimento necessário para a construção de um terreiro ladrilhado. É possível perceber, dessa forma, a lógica de produção do café dos grandes fazendeiros do “Vale” do Paraíba: produzir a maior quantidade possível de café com o menor custo de mão-de-obra e capital.¹³⁷

A segunda tabela sistematiza as técnicas de beneficiamento do café utilizadas no Vale fluminense. Conforme já discutido acima, as técnicas de beneficiamento, diferentemente das técnicas de cultivo, sofreram algumas mudanças ao longo do século XIX. Essas mudanças, conforme aponta a historiografia, ocorreram em sua maioria na aquisição de novas máquinas e em mudanças nos terreiros de secagem do café. Dessa maneira, as transformações ocorridas nas técnicas de beneficiamento do café não chegaram a transformar o processo de interação com aquele ambiente. A tabela a

¹³⁷ Ibidem, p. 70-2

seguir aponta as técnicas de beneficiamento mais amplamente utilizadas ao longo do século XIX.

Tabela 3 – Técnicas de beneficiamento do café mais amplamente utilizadas no Vale do Paraíba fluminense

Técnica	Descrição	Comentário
Secagem dos frutos	Os frutos eram secados em terreiros de chão batido até que as polpas dos frutos estivessem completamente secas, o que durava, geralmente, dois meses. ¹³⁸	Werneck chega a citar que a secagem dos grãos em terreiros ladrilhados proporcionava uma melhoria na qualidade final do produto. Entretanto, ele mesmo afirmou que utilizava terreiros de chão, pois os ladrilhados exigiam investimentos altos que muitas vezes não eram compensados pelo acréscimo no preço final do produto. ¹³⁹
Separação da polpa e do pergaminho	Era realizada em pilões movidos a água, tendo por vezes ventiladores unidos a um eixo da roda para limpar a poeira originada com a quebra dos revestimentos dos grãos de café. ¹⁴⁰	—
Separação dos grãos	A separação dos grãos era realizada por escravas mães de recém-nascidos e crianças, que eram responsáveis por separar os grãos de melhor e pior qualidade. ¹⁴¹	Após essa etapa, o café já estava pronto para ser ensacado e enviado para o mercado. ¹⁴²

¹³⁸ AGUIAR, J. J. F. de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836. p. 15-6

¹³⁹ WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847].p. 70-2

¹⁴⁰ AGUIAR, J. J. F. de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836. p. 16

¹⁴¹ Ibidem, p. 17

3.2 Sugestões e críticas – as técnicas não utilizadas

As críticas ao sistema de cultivo utilizado no Vale e as sugestões de melhorias começaram a ser produzidas já na década de 1840 e ainda não estavam ligadas à percepção de insustentabilidade daquele sistema de cultivo. Nesse início de expansão da produção cafeeira no Vale fluminense, a maior parte das críticas às técnicas utilizadas guiava-se a partir de motivações econômicas e comerciais. As críticas normalmente procuravam aprimorar a produção de café, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos, visando normalmente à ampliação da produção brasileira no mercado internacional.

Um dos maiores críticos às técnicas de cultivo utilizadas foi Agostinho Rodrigues Cunha. Quando escreveu seu manual agrícola, em 1844, seus dois objetivos principais eram economizar tempo e trabalho no processo de produção do café e melhorar a qualidade do produto final para que este aumentasse sua capacidade de competir no mercado internacional. É possível afirmar, portanto, que as críticas elaboradas por Cunha tinham como motivação central, ao menos de forma predominante, aspectos econômicos e que objetivavam elevar os ganhos dos fazendeiros.

Parte das críticas elaboradas por Cunha às práticas de cultivo e beneficiamento adotadas já foi citada anteriormente durante a descrição e análise das técnicas utilizadas. Destaca-se a sugestão de que o café fosse plantado em linhas paralelas às bases dos morros, o que diminuiria o ritmo dos processos erosivos. Conforme trabalhado, tal sugestão não foi adotada no período analisado principalmente pelas características da força de trabalho cativa, uma vez que a técnica efetivamente utilizada – de plantio perpendicular à base dos morros – facilitava a vigilância sobre os escravos.

Outra técnica recomendada por Cunha foi a manutenção de matas virgens no alto dos morros. Segundo ele, essa forma permitiria a manutenção da umidade do solo e aumentaria a vida útil da planta. Assim como a recomendação anterior, não existem indícios de que essa proposta tenha sido utilizada.

¹⁴² AGUIAR, J. J. F. de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836. p. 17

Cunha faz ainda algumas recomendações referentes às máquinas a serem utilizadas no processo de beneficiamento do café, processo que começava a ocorrer no momento em que o letrado escreve o seu manual, na virada da metade do século XIX.¹⁴³

A tabela abaixo demonstra algumas recomendações técnicas propostas que não chegaram a ser utilizadas no Vale do Paraíba no período analisado.

Tabela 4 - Sugestões presentes nos manuais que não foram aplicadas à cultura cafeeira no Vale

Técnica	Descrição	Comentário
Plantio do café em curvas de nível	O café deveria ser plantado em linhas paralelas às bases dos morros. ¹⁴⁴	Este método permitiria a diminuição dos processos erosivos ocorridos devido ao escoamento superficial durante as chuvas.
Manutenção das matas no alto dos morros	Cunha sugeriu que fossem preservadas as matas no alto dos morros para “reter a umidade e refrescar as terras”. ¹⁴⁵	Este método possibilitaria a preservação das nascentes e dos mananciais.
Proteção do café contra o vento	Cunha recomendou que fossem plantadas árvores grandes que permitissem a proteção das plantas de café contra o vento. ¹⁴⁶	Não foram encontrados, nos trabalhos pesquisados, nenhum indício de que essa técnica tenha sido utilizada no Vale.

3.3 A percepção da destruição

¹⁴³ Cunha recomenda a utilização do depolpador, uma máquina responsável por separar a casca do grão de café colhido. Sugere ainda que o café seja ensacado em sacos de linha, pois estes absorviam menor umidade que os de algodão, aumentando a qualidade do café na chegada ao mercado final. *Ibidem*, p. 63-5

¹⁴⁴ CUNHA, Augustinho Rodrigues. *Arte da cultura e preparação do café*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1844. p. 29

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 34

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 47

Ao analisar os múltiplos processos de interação entre sociedade e ambiente natural na história dos homens, a história ambiental busca também compreender de que forma tais processos foram percebidos pelos indivíduos do passado. Dessa maneira, destaca-se a forma como a degradação dos solos e as práticas de cultivo adotadas foram analisadas por indivíduos que viveram no Vale.

Já no início da década de 1860 a falta de matas virgens começou a alertar alguns fazendeiros e a demonstrar, empiricamente, que a antiga sensação de infinitude da floresta estava equivocada. Escreveria a Baronesa de Pati, esposa do Barão do Pati de Alferes, entre os anos de 1861 e 1862, alguns anos após a morte do Barão:¹⁴⁷

a absoluta falta de terras para novas plantações de café não me permitiu estender os cafezais... Infelizmente devo relatar que em todas as nossas fazendas, que cobrem uma área de 21.104.000 braças quadradas, ou sejam, quase duas e meia léguas quadradas... não possuímos duzentas braças quadradas de mata virgem de primeira qualidade...

Sem dúvida a história particular de algumas fazendas deve ter começado a alertar alguns fazendeiros. A história da fazenda de Santa Anna, como foi tratada anteriormente, demonstra de que maneira as fazendas acabavam sendo abandonadas pela falta de matas virgens. Conforme esse processo avançava em outras áreas, começavam a surgir relatos como o da baronesa, apontando a falta de matas virgens e, principalmente, a inviabilidade daquela forma de produção.

O próprio Barão do Pati já havia criticado, em 1859, algumas mudanças climáticas que vinham ocorrendo no Vale. Em 1859, o Barão se queixa do grande período de seca que prejudicava a produção dos gêneros alimentícios. Eduardo Silva demonstra que ora o Barão se preocupava com longos períodos de seca – e a conseqüente morte de gêneros alimentícios – ora com chuvas muito abundantes, - que podiam chegar a onze dias seguidos de chuva – e que também prejudicavam as plantações.¹⁴⁸

¹⁴⁷ SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 147-8

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 165-6

Ainda sobre as mudanças climáticas, o fazendeiro Luiz Correa de Azevedo destacou que longos períodos de secas e chuvas muito fortes prejudicavam a produção de café e outros gêneros alimentícios.¹⁴⁹

À proporção que terrenos descortinados e plantados se iam esgotando, ou provando serem secas as terras, administradores e fazendeiros, que só miravam materialíssimo lucro do momento, iam sem dó nem consciência derrubando novas matas em demanda de terras novas... Se esse abuso só prejudicasse ao dono da localidade, bom seria; é às vezes útil deixar um incon siderado correr após sua fantasiada vontade até parar ante a triste realidade da desilusão. Esse abuso, porém, em larga escala, prejudica aos vizinhos, porque a falta de matas produz a falta de chuvas, transformando as qualidades do solo. Prejudica ao município, porque de rico e abençoado que era, começa a diminuir suas colheitas e a depauperar suas terras. Prejudica a província porque as falhas de café nenhum rendimento dão a suas barreiras ou coletorias, e inutiliza grandes capitais empregados em uma custosa estrada de ferro. Prejudica o Império, porque diminuí-lhe os créditos de país de pequenas colheitas, quando haviam sido antes abundantes. Prejudica a nação, porque os créditos da civilização que ela adquiriu reclamam de toda parte, de ciências, artes, indústria e lavoura, a máxima perfeição e progresso.

Ainda nesse período de final da década de 50 e início da década de 60 começam a se intensificar relatos de pragas que prejudicavam as plantações. A praga conhecida como “borboletinha” era uma que mais incomodava os fazendeiros e tinha surgido no Vale nos últimos anos da década de 1850. As outras pragas que também incomodavam os fazendeiros eram a erva-de-passarinho e a formiga saúva, esta última também muito prejudicial a um grande número de plantações.¹⁵⁰

Destaca-se que relatos sobre algumas pragas já existiam desde a década de 1820, com exceção da “borboletinha”, que começa a ser relatada em 1856. Entretanto, na virada da década de 50 para a de 60 começam a se intensificar relatos que responsabilizam as pragas pelas mortes de milhares de pés de café, assim como pela ruína de alguns fazendeiros.

Além das críticas supracitadas referentes à falta de matas virgens e aos crescentes danos provocados pelas pragas, na virada da década seguinte e principalmente no final da década de 1870, começam a surgir algumas críticas mais sistemáticas à lógica de produção de café no Vale. Nesse momento, relatos demonstram a percepção entre alguns letrados de que aquele ritmo de produção não

¹⁴⁹ AZEVEDO, Luiz Corrêa de. Da cultura do café. In: WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847]. p. 193

¹⁵⁰ SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p 171-2

poderia prosseguir por muito tempo, baseado por sua vez na percepção de esgotamento da mata virgem.

O fazendeiro de Cantagalo Luiz Corrêa de Azevedo realiza uma análise crítica da lógica que guiou a produção de café ao longo do século. Segundo ele,¹⁵¹

O município de Cantagalo, esse fertilíssimo torrão de café, sem igual no Brasil, afidalgou-se na importância de seu pessoal – formou moradas esplêndidas – ajardinou terreiros – acrescentou máquinas de beneficiar o café – endividou-se na detenção de tudo que dá gozo social dentro de casa, forneceu-se de ótimos carros para viagens, mas descurou os plantios importantes de seus cafés, colheu, colheu, sem nunca cessar, mas também sem nunca indenizar os terreiros dos frutos que prelevava.

Azevedo chega a apontar, em 1877, uma interessante percepção do futuro da lavoura. Para tal, aponta a crítica ao trabalho escravo, que para ele seria em parte responsável pela destruição e pela impossibilidade de manutenção do sistema. Propõe, então, a adoção da mão de obra livre e alguns implementos técnicos:¹⁵²

Esse torrão negro que sujava a carta constitucional brasileira, limpou-o a moderna lei de emancipação do ventre cativo, e todos os benefícios resultantes. Em pouco será a grande lavoura impossível. À generosidade e vigor do trabalho livre se juntarão todos os bons resultados da aplicação sensata das leis da lavoura. O grande laboratório constituído pelas matas virgens nenhuma mão sacrilégia virá destruí-lo, e menos o fogo petrificará as camadas superiores do solo. Cantagalo, seguindo o movimento rural de todo o mundo que pensa no presente e no futuro regenera os seus meios de cultivar o café, poupando terras, o que significa adubá-las, lavrá-las, e sobretudo dar amanhã e direção ao cafeeiro, pobre, abandonado à mão e enxada brutais do africano.

Em sua análise, Azevedo observa alguns problemas que inviabilizariam o sistema de cultivo predominante durante o século XIX. Dentre as questões a serem enfrentadas e superadas, o fazendeiro destacou as pragas que atacavam os cafezais, a mão de obra cativa e a escassez e empobrecimento das matas.

Apesar da constatação dos problemas e da situação de crise, Azevedo apresenta um discurso otimista caso implementos técnicos fossem realizados. Para tal, propõe a utilização da poda dos antigos cafezais, a utilização do arado e de adubação através da utilização de estrume animal.

¹⁵¹ AZEVEDO, Luiz Corrêa de. Da cultura do café. In: WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847].

¹⁵² *Ibidem*, p. 187

Cumprir destacar, dessa maneira, que já na década de 1870 a cultura do café começa a ser percebida como insustentável. Apesar desta terminologia não fazer parte do vocabulário comum dos escritos da época, fica muito clara a idéia proposta por alguns letrados de que o sistema de cultivo tal como vinha sendo realizado até então não poderia continuar da mesma maneira.

É importante destacar que uma das contribuições do presente trabalho, no que se refere às percepções acerca do sistema de cultivo cafeeiro, é demonstrar que os próprios contemporâneos do século XIX desenvolveram a percepção de insustentabilidade daquele sistema. A partir dos discursos supracitados, diferentemente do que se poderia pensar em uma primeira análise, aqueles indivíduos, principalmente a partir da metade do século XIX, constataram, empiricamente, que aquela forma de cultivo não poderia prosseguir tal qual vinha ocorrendo. Pretende-se avançar, nesse sentido, acerca das múltiplas percepções que os homens do Vale elaboraram a respeito de sua própria história, que inclui aí a relação daquela sociedade com o ambiente natural.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa realizou uma análise ampla que teve como escala todo o Vale do Paraíba fluminense em que o plantio do café guiou as dinâmicas das relações entre os indivíduos e entre estes e o ambiente natural entre os anos de 1800 e 1888. Dessa maneira, a opção por um recorte espacial amplo apresentou virtudes e carências. No que se refere às carências, não foi possível realizar uma análise sistemática de fontes primárias locais, ligadas às fazendas e aos indivíduos que deixaram registros de suas atividades, como inventários, cartas, correspondências e documentos ligados à realidade de alguma localidade específica. Tal trabalho se tornaria inviável para um recorte espacial tão amplo e com especificidades que dificilmente seriam interpretadas com o devido tratamento analítico. Além disso, a presente dissertação pretendeu dialogar com trabalhos que tiveram como recorte espacial áreas menores, normalmente contemplando municípios específicos do Vale.¹⁵³ A partir do diálogo com tais estudos, surge uma possibilidade de investigação, uma vez que os trabalhos citados tiveram pressupostos teóricos diferentes dos utilizados aqui. Nestas pesquisas anteriores, mesmo quando as técnicas de cultivo e a degradação dos solos fizeram parte da análise, tais elementos estavam inseridos em um contexto teórico diverso do que se pretendeu realizar nesta dissertação. Além disso, alguns trabalhos que tiveram todo o Vale como recorte de análise já tinham sido produzidos há algumas décadas e mereciam ser revisitados.¹⁵⁴

Por um outro lado, a opção por um amplo recorte espacial apresentou a virtude de conseguir contemplar fenômenos que, mesmo ocorrendo em pontos distintos do Vale, fizeram parte da lógica de estruturação das relações entre aquela sociedade e aquele ambiente natural.

Destaca-se que o objeto de estudo selecionado e os pressupostos teóricos da presente pesquisa puderam se articular à escala do Vale como um todo, uma vez que as lógicas e as técnicas utilizadas na produção de café se mantiveram, em linhas

¹⁵³ Tais trabalhos, como a dissertação de Fragoso para o município de Paraíba do Sul e o clássico de Stein sobre o município de Vassouras, além do trabalho recente de Salles também sobre Vassouras, contemplam estudos que tiveram um recorte espacial menor que o da presente pesquisa.

¹⁵⁴ Nessa categoria se insere o clássico texto produzido por Valverde para a Revista Brasileira de Geografia. VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, jan/mar 1967.

gerais, muito parecidas em pontos distintos do Vale, conforme já apontavam trabalhos anteriores.

Sugere-se, a partir da presente análise, que pesquisas com pressupostos teóricos parecidos com os que foram aqui utilizados contemplem áreas menores de análise e consigam compreender as especificidades das múltiplas conjunturas locais.

No que se refere às transformações espaciais, foi demonstrado que a necessidade de controle sobre os escravos foi um fator central na escolha das técnicas utilizadas no plantio do café, sendo responsáveis, por sua vez, pela avassaladora degradação dos solos provocados por esse sistema de cultivo. À escassez e encarecimento da mão de obra escrava após da década de 1850, os fazendeiros responderam com incrementos técnicos no beneficiamento do café, com a utilização de máquinas e equipamentos muitas vezes importados e que representavam um alto investimento, possível apenas para os grandes fazendeiros naquela conjuntura. Entretanto, uma mudança nas técnicas de cultivo do café que envolvesse a recuperação dos solos esgotados só seria possível com um aumento do contingente de mão de obra, prática inviável em um momento de encarecimento do trabalho cativo.

É importante destacar que a derrubada das matas e o cultivo do café em matas virgens não foi o único elemento responsável pela degradação dos solos, conforme já apontou a historiografia. A técnica de plantio em fileiras perpendiculares à base dos morros foi também responsável pelo extremo desgaste dos solos e pela velocidade de degradação implementada por aquela cultura.

Estudos anteriores sobre o Vale do Paraíba enfocaram apenas elementos sociais em sua análise. Mesmo quando as técnicas de cultivo apareceram de forma subsidiária nas narrativas, fica evidente que uma preocupação econômica ou política guiava a análise.¹⁵⁵

¹⁵⁵ O historiador Stanley Stein, preocupado basicamente com os resultados econômicos oriundos da produção cafeeira, defendeu a tese, predominante na historiografia tradicional, de que os lucros começaram a cair a partir da década 60 do século XIX. Entretanto, a historiografia recente tem relativizado esse fenômeno da decadência da produção econômica do Vale, baseada em estudos pontuais e fazendas específicas. Segundo estes estudos, que tiveram Robert Slenes como pioneiro, algumas famílias conseguiram manter o poder econômico, político e o prestígio social através de algumas estratégias, normalmente ligada à diversificação da produção econômica, como o investimento em títulos da dívida pública, ações de bancos e empresas e compras de prédios e fábricas normalmente situadas na corte. Para maiores informações sobre esse debate, ver MUAZE, Mariana. *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial..* Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf> p. 01 Acesso em 12 jan.2011

As correntes historiográficas anteriores tinham como foco aspectos apenas sociais – elemento criticado pelos historiadores ambientais em relação às outras correntes historiográficas – o que faz com que o centro do debate tenha sido a manutenção ou a perda do poder político, econômico e social daqueles indivíduos através das transformações pelas quais passaram no século XIX. Apesar de concordarem com os impactos causados por aquela forma de produção do café, as pesquisas não contemplaram a interação ambiental como objeto central da análise, o que não permitiu que fossem analisadas as perdas, muitas vezes inestimáveis, ocasionadas ao ambiente natural e suas conseqüências para aquela e para a nossa sociedade. Conforme aponta o historiador ambiental Warren Dean,¹⁵⁶

Na época do colapso da escravidão, as terras consideradas adequadas para o cultivo de café estavam quase exauridas no Rio de Janeiro. **O quanto seriam biologicamente únicas essas zonas da Mata Atlântica? Infelizmente não se trata de uma questão que possa ser objeto de investigação retrospectiva, embora seja historicamente verificável que poucas de suas espécies foram coletadas antes de virarem fumaça. Auguste de Saint-Hilaire achava que a zona ocidental do Vale do Paraíba abrigava a vegetação mais diversificada que ele vira em todas as suas viagens pela Mata Atlântica.** (Negrito nosso)

A crise ambiental contemporânea se depara com inúmeras questões a serem enfrentadas. Acreditar, de maneira ingênua, que implementos técnicos e algumas mudanças na forma de produção de café no Vale do Paraíba teriam modificado o processo de transformação espacial, se apresenta como um imperdoável anacronismo. Pode-se observar atualmente que a utilização de alta tecnologia não tem impedido que as relações entre o homem e o ambiente natural sejam pautadas por práticas não sustentáveis.

Nesse contexto, a importância da história, da história ambiental, da geografia e da abordagem geográfica de fenômenos passados são questões que vão além do propósito do presente trabalho. É até mesmo questionável de que forma os eventos do passado podem servir de “lição” para futuras ações. A compreensão do processo de interação entre a sociedade e o ambiente natural ocorrido no Vale do Paraíba no século XIX deve ser compreendido em um contexto mais amplo, em que seja ponderado e repensado o ritmo de produção e consumo de bens daquela e de nossa sociedade.

¹⁵⁶ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 203

Buscou-se uma abordagem do objeto de estudo em análise que contemplasse a dinâmica das interações e os impactos ocorridos entre sociedade e ambiente natural, caracterizados como elementos centrais da narrativa. Assim, com o desenvolvimento e avanço dos estudos em história ambiental, novas questões poderão ser elaboradas e se espera que cada vez menos o homem seja encarado como única diretriz nos estudos das ciências humanas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. J. F. de. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1836.

ALCÂNTARA, Dora. *As fazendas do Vale do Paraíba: o começo de uma caminhada*. Disponível em:
<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/26_dora-alcantara.pdf > Acesso em 30 nov. 2010.

ALENCAR, José de. *O tronco do Ipê*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

AZEVEDO, Luiz Corrêa de. Da cultura do café. In: WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985. [1847].

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. *Títulos de nobreza I..* Disponível em <http://www.hcgallery.com.br/genea2.htm>
Acesso em 10 jan. 2011

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BRUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César. *Monographia do cafeseiro e do café*. Rio de Janeiro: Vianna, 1860.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Organização e reorganização do espaço no vale do Paraíba do sul : uma análise geográfica até 1940. *Revista brasileira de geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1. Jan./mar. 1991.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CUNHA, Augustinho Rodrigues. *Arte da cultura e preparação do café*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1844.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo – A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197. 1991.

ENGEMANN, Carlos; OLIVEIRA, R. R. As matas são finitas: a visão de frei Velloso em O fazendeiro do Brasil sobre a Mata Atlântica. *Abordagens Geográficas*, [S.l.], v. 1. p. 105-112. 2010.

FEBVRE, Lucien. *A geographical introduction to history*. London: Routledge & Kegan Paul, 1966.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790- 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1983.

FREITAS, Inês Aguiar de. História de uma floresta, geografia de seus habitantes. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (Org.). *As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.

_____. A Geografia na construção de uma história ambiental brasileira. *Boletim Goiano de geografia*. v. 22, n. 2, p. 155-168, jul/dez., 2002.

GIL, Fernando. (Org.) *Enciclopédia Einaudi: Homo-Domesticação, Cultura Material*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casada Moeda, 1989. v. 16

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

LAMEGO, Paulo Raulino. *Tropas, trilhas e fazendas*. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/30_paulo-lamegof.pdf> Acesso em: 12 jan. 2011.

LIMA, Roberto Guião de Souza. *O ciclo do café Vale-paraibano*. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe_pg-13-a-39.pdf> Acesso em 30 nov. 2010.

LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

_____. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. *História do café*. São Paulo: Contexto, 2008.

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

MOREIRA, Nicolau. *Indicações agrícolas para os imigrantes que se dirigem ao Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1875.

MUAZE, Mariana. *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial*. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf> Acesso em 12 jan. 2011.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOVAES, Adriano. *Os caminhos antigos no território fluminense*. Disponível em: <<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/oscaminhosantigos.pdf>> Acesso em 12 jan. 2011.

_____. *A paisagem da fazenda cafeeira através da iconografia do século XIX*. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/25_adriano-novaes.pdf> Acesso em 12 jan. 2011.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (Org.). *As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1796-1888*. Rio de Janeiro: Jorge ZaharEd., 2004.

PORTO-ALEGRE. *Monographia do café*. Lisboa: Viuva Bertrand & Ca. Successores Carvalho & Ca., 1879

POZZOBON, Fernando. *Senhores e escravos no Vale do Paraíba nas últimas décadas da escravidão*. Disponível em: <<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/senhoreseescravos.pdf>> Acesso em 12 jan. 2011.

RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói: SEEC, 1978.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1974. [1822]

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Vassouras – Século XIX. Da liberdade de se ter escravos à liberdade como direito. In: CARVALHO, José Murilo (Org.) *Nação e Cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1995.

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

TAUNAY, Affonso de E. *Pequena história do café no Brasil. (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do café, 1945.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TOREM, Ana Claudia de Paula. *Pinturas murais de velhas fazendas*. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/29_ana-torem-pg-475-ok.pdf> Acesso em 12 jan. 2011.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. [1860].

VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 1, jan/mar., 1967.

WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985 [1847].

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215. 1991

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambient. soc.*, Campinas, v .5, n. 2, 2003.

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

T314 Teófilo, Leandro Ramos.
Um fio de água na serra me encanta mais que o mar:
o Vale do Paraíba fluminense e as transformações
espaciais cafeeiras – 1800-1888 / Leandro Ramos
Teófilo. – 2011.
104 f.

Orientadora: Inês Aguiar de Freitas.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Café - Cultivo- Paraíba do Sul, Rio, Vale (RJ e SP) -
Teses. 2. Meio ambiente – Paraíba do Sul, Rio, Vale (RJ
e SP) - Teses. 3. Homem – Influência do meio ambiente
– Teses. I. Freitas, Inês de Aguiar. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III.
Título.

CDU 633.73(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese.

Assinatura

Data